



Plano Diretor Participativo (PDP)

Anitápolis

Relatório das Oficinas da Segunda Rodada

Produto nº 04

Maio 2024



Produto nº 04

Relatório das Oficinas da Segunda Rodada



Participa Anita



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**



**MAIO
2024**

Equipe Técnica

Prefeitura Municipal de Anitápolis - PMA

Prefeita Municipal - Solange Back

Vice-Prefeito Municipal - Rogério Hasse

Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos - Luiz Carlos Warmeling

Juliano Souza da Silva	<i>Procurador Geral do Município</i>
Fernando da Silva	<i>Engenheiro Civil</i>
Letícia Ribeiro dos Santos	<i>Assistente Administrativa</i>
Sérgio de Souza	<i>Operador de estação de abastecimento de Água - Defesa Civil</i>

Equipe Técnica

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Reitor - Irineu Manoel de Souza

Pró-reitora de Extensão - Olga Regina Zigelli Garcia

Coordenador da equipe e Laboratório de Urbanismo - Prof. Samuel Steiner dos Santos,
Arquiteto-Urbanista, Doutor em Geografia

Geruza Kretzer	<i>Arquiteta e Urbanista, Doutora em Arquitetura e Urbanismo</i>
Mariana Panzera	<i>Arquiteta e Urbanista, Mestra em Arquitetura e Urbanismo, Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo</i>
Lucas Rodrigo Nora	<i>Arquiteto e Urbanista, Mestre em Geografia e Doutorando em Arquitetura e Urbanismo</i>
Marcelo Leão	<i>Advogado, mestrando em Arquitetura e Urbanismo</i>
Gabriel H. Rosa Querne	<i>Arquiteto e Urbanista, mestrando em Arquitetura e Urbanismo</i>
Ana Maria da Silva Oliveira	<i>Graduanda em Arquitetura e Urbanismo</i>
Brenda Mello Cardoso	<i>Graduanda em Arquitetura e Urbanismo</i>
Jucelio Dall'Agnol	<i>Graduando em Arquitetura e Urbanismo</i>
Mariana Brüggemann S. Pflieger	<i>Graduanda em Arquitetura e Urbanismo</i>
Mariana Rodrigues Marcelino	<i>Graduanda em Arquitetura e Urbanismo</i>
Nadine Martignago Saleh	<i>Graduanda em Arquitetura e Urbanismo</i>
Ricardo André Mewes Burghardt	<i>Graduando em Geografia</i>
Samla Gonçalves	<i>Graduanda em Arquitetura e Urbanismo</i>

Lista de Figuras

Figura 01. Slide 12	10
Figura 02. Fichas de contribuições	11
Figura 03. Fichas de contribuições	11
Figura 04. Oficina 01 - Segunda Rodada	13
Figura 05. Oficina 02 - Segunda Rodada	14
Figura 06. Slides 22	15
Figura 07. Slides 23 e 25	15
Figura 08. Slides 31 e 36	17
Figura 09. Slide 53	17
Figura 10. Slide 64	19
Figura 11. Slides 71	20
Figura 12. Slides 76	20
Figura 13. Slides 80 e 81	22
Figura 14. Slides 82 e 83	22
Figura 15. Slides 89 e 94	23
Figura 16. Slides 105 e 106	25
Figura 17. Slide 112	27
Figura 18. Slides 116	28

Lista de Tabelas

Tabela 01. Exemplo de avaliação da afirmação do tema:	13
Tabela 02. Avaliação Macrozoneamento	17
Tabela 03. Contribuições escritas - Macrozoneamento	17
Tabela 04. Avaliação Perímetro Urbano, Área de Risco e Centralidade	19
Tabela 05. Contribuições Escritas - Perímetro Urbano, Área de Risco e Centralidade	19
Tabela 06. Avaliação Mobilidade	20
Tabela 07. Avaliação Redes de Espaços Livres	22
Tabela 08. Avaliação Turismo e Patrimônio Cultural	24
Tabela 09. Avaliação Irregularidade Fundiária	25
Tabela 10. Contribuições Escritas - Irregularidade Fundiária	25
Tabela 11. Avaliação Possibilidades para Ocupação Rural	26
Tabela 12. Contribuição Escrita - Possibilidades para Ocupação Rural	27
Tabela 13. Avaliação das Propostas de Políticas Setoriais	28
Tabela 14. Média da Avaliação das Propostas de Políticas Setoriais	28
Tabela 15. Avaliação Instâncias Participativas	30
Tabela 16. Quadro Síntese - Média numérica e porcentagem de aceite por tema.	31

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	7
2. INTRODUÇÃO	8
2.1. A Segunda Rodada de Oficinas	9
3. METODOLOGIA	10
3.1. Participação e Registros das Oficinas	12
3.1.1. Oficina 01	12
3.1.2. Oficina 02	13
4. SISTEMATIZAÇÃO	14
4.1. Macrozoneamento	14
4.2. Perímetro Urbano, Áreas de Risco e Centralidade	16
4.3. Mobilidade	18
4.4. Redes de Espaços Livres	19
4.5. Turismo e Patrimônio Cultural	21
4.6. Irregularidade Fundiária	23
4.7. Possibilidades para a Ocupação em Áreas Rurais	24
4.8. Políticas Setoriais	26
4.9. Instâncias Participativas	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
ANEXO 01 - ATA OFICINA 01 - SEGUNDA RODADA	31
ANEXO 02 - ATA OFICINA 02 - SEGUNDA RODADA	41
ANEXO 03 - APRESENTAÇÃO SEGUNDA RODADA DE OFICINAS	47

1. APRESENTAÇÃO

Este documento, intitulado Produto 04 - Relatório das Oficinas da Segunda Rodada, é integrante da Revisão do Plano Diretor Participativo de Anitápolis. A revisão do Plano Diretor Participativo de Anitápolis é resultado de um acordo de cooperação entre diferentes instituições, sendo elas: a Prefeitura Municipal de Anitápolis, a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária - FAPEU.

O Relatório das Oficinas da Segunda Rodada abrange os resultados dos encontros participativos realizadas na Etapa 03 - Diretrizes e Eixos Estratégicos, que permitiram à equipe técnica avaliar a aderência das primeiras propostas que servirão de base para a elaboração da Versão Preliminar do Plano Diretor Participativo de Anitápolis.

Está organizado nesse documento uma análise qualitativa e quantitativa da Segunda Rodada de Oficinas. Também, ao longo da elaboração das diretrizes e eixos estratégicos, foram realizadas visitas ao município, com o objetivo de coletar dados e registros fotográficos que auxiliaram na compreensão da realidade de Anitápolis.

O Relatório da Segunda Rodada de Oficinas está organizado em seções, sendo elas:

1. Apresentação;
2. Introdução;
3. Metodologia;
4. Sistematização, e;
5. Considerações finais.

O resultado é, portanto, um relatório descritivo que reúne a produção técnica e a contribuição da perspectiva da população, a fim de quantificar e qualificar as informações que darão subsídio às propostas apresentadas e permitirão que as definições se manifestem em decisões do planejamento territorial na Etapa 04 da Versão Preliminar.

2. INTRODUÇÃO

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Nesse contexto, o Plano Diretor Participativo (PDP) consiste no principal instrumento da política urbana, devendo garantir o direito à cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

A consolidação do papel do plano diretor municipal enquanto principal instrumento do ordenamento territorial ocorreu a partir da Lei Federal nº 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001). Resultado de um amplo processo de mobilização social em defesa da Reforma Urbana, a referida Lei tem por objetivo regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que definem como competência dos municípios a execução de políticas urbanas em âmbito local.

Conforme o art. 40 do Estatuto da Cidade, o plano diretor é “o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana”, sendo necessário para sua elaboração a compreensão das dinâmicas urbanas municipais, isto é, os aspectos físicos, territoriais, objetivos sociais, econômicos e ambientais que caracterizam o município (BRASIL, 2001).

Em seu processo de elaboração, o plano diretor precisa promover a gestão democrática, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade. Para tanto, propõe princípios, programas, projetos e instrumentos diversos que, para serem efetivos, devem estar vinculados à compreensão dos problemas a serem enfrentados e das potencialidades a serem mantidas e valorizadas.

Nesse contexto, as Resoluções do Conselho Nacional das Cidades são as principais referências para a condução do processo participativo no âmbito da Política Urbana e dos planos diretores participativos, com destaque para as Resoluções nº 13/2004, nº 25/2005, nº 34/2005, bem como as Resoluções da 2ª Conferência Nacional das Cidades.

Portanto, o processo participativo da revisão do Plano Diretor de Anitápolis orienta-se pela diretriz da gestão democrática da política urbana e busca fomentar diferentes espaços de diálogo e construção coletiva com a população, que reflitam a realidade local e permitam a construção da visão de cidade.

2.1. A Segunda Rodada de Oficinas

As Oficinas representam a participação presencial da população no processo de revisão do Plano Diretor. As oficinas da segunda rodada foram organizadas de forma conjunta pelas equipes técnicas da Prefeitura de Anitápolis/SC e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os eventos tiveram como objetivo colher contribuições da população a respeito das Diretrizes e Eixos Estratégicos propostos pela equipe técnica da UFSC com base na Leitura da Cidade.

Considerando as características territoriais de Anitápolis, como a ausência de conexão viária entre as diferentes comunidades, ausência de núcleos urbanos e espaços comunitários descentralizados, além das dificuldades de agrupamentos de diferentes regiões, em que os acessos entre localidades são feitos de forma concêntrica a partir da região central, sendo necessária o deslocamento até o centro para destinar-se a outros pontos do município, optou-se pela realização das oficinas apenas na área central. Objetivando disponibilizar flexibilidade para participação da população optou-se por realizar oficinas em dias e horários distintos, tendo o primeiro evento ocorrido em 03 de abril de 2024 (quarta-feira), no período noturno, enquanto o segundo evento foi realizado no dia 06 de abril (sábado), no período matutino; ambos na Câmara de Vereadores do Município.

Para a divulgação das Oficinas foram utilizadas diferentes estratégias de mobilização, como: anúncio nas redes sociais no perfil Participa Anita (@ParticipaAnita), no site do projeto e no site da prefeitura; cartazes colados em pontos de grande circulação do município; e grupos de WhatsApp.

A apresentação das oficinas foi realizada pelo coordenador do processo de revisão do Plano Diretor, o professor Dr. Samuel Steiner na quarta-feira; e pela arquiteta e urbanista Dra. Geruza Kretzer no sábado. O conteúdo da apresentação acontecia no primeiro momento explicando sobre o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo, suas etapas e produtos, assim como a importância da participação popular e da realização das oficinas como forma de viabilização da

Leitura Comunitária, seguido da metodologia e sistematização que serão apresentados no decorrer deste Relatório.

As oficinas demonstraram ser um momento importante de contato com a população, para ouvir aqueles que vivem a cidade diariamente, quais as propostas mais coerentes para a realidade do município e entender os anseios da população com a revisão do Plano Diretor.

3. METODOLOGIA

A metodologia aplicada setorizou cada oficina em quatro momentos: primeiramente uma introdução do Plano Diretor Participativo, com uma apresentação geral das principais informações, e a apresentação dos Princípios definidos para o Plano Diretor; um segundo momento onde se tratou de aspectos relacionados ao Macrozoneamento, Centralidades, Perímetro Urbano e Condicionantes Ambientais; no terceiro momento foram tratados os temas Redes de Espaços Livres, Mobilidade, Turismo, Patrimônio Cultural, e Área Rural, no quarto momento foram abordados os temas de Irregularidade Fundiária e Possibilidades para Ocupação Rural; por fim, no quarto momento foram tratadas temática relacionadas à Políticas Setoriais e Instâncias Participativas.

No início da apresentação foi entregue uma ficha e uma caneta para cada participante. Foi apresentada a dinâmica das Fichas de Manifestação em que constavam uma frase de afirmação para cada um dos temas relativos às diretrizes e eixos estratégicos seguido de uma tabela de atribuição de valor e um espaço para preenchimento de demais comentários.

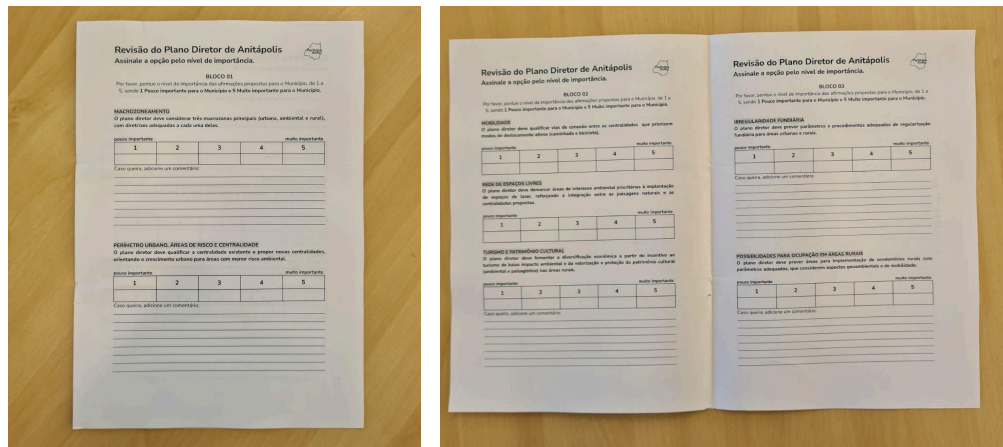
Figura 01. Slide 12



Fonte: Elaboração dos autores.

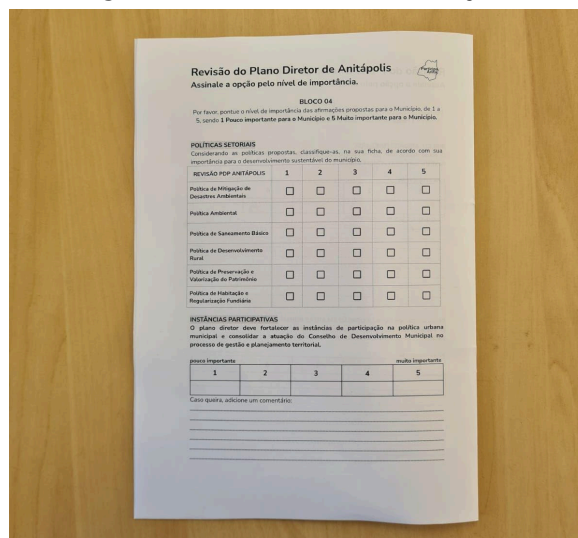
A apresentação iniciava, conforme a organização já descrita, e ao final de cada bloco temático os presentes eram convidados a avaliar a aderência das propostas sugeridas na ficha de respostas. Para cada tema foi proposta uma afirmação em que os participantes poderiam avaliar de 1 a 5 - sendo o numeral 1 correspondente a pouco importante e o numeral 5 correspondente a muito importante. Abaixo imagem exemplo da ficha:

Figura 02. Fichas de contribuições



Fonte: Acervo próprio.

Figura 03. Fichas de contribuições



Fonte: Acervo próprio.

Para análise dos resultados das avaliações que serão apresentadas mais adiante em cada um dos temas, foi realizada uma média simples das notas de avaliação, acompanhada de uma porcentagem de aprovação. Exemplo:

Tabela 01. Exemplo de avaliação da afirmação do tema:

	pouco importante			muito importante		não respondeu
opções de resposta	1	2	3	4	5	1
número de respostas	0	1	1	4	7	

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.

Foram 7 fichas atribuindo a nota 5; 4 fichas atribuindo a nota 4; uma ficha atribuindo a nota 3; uma ficha atribuindo a nota 2 e uma ficha sem atribuição de nota.

$$7 \text{ (fichas)} \times 5 \text{ (atribuição de nota)} = 35$$

$$4 \text{ (fichas)} \times 4 \text{ (atribuição de nota)} = 16$$

$$1 \text{ (ficha)} \times 3 \text{ (atribuição de nota)} = 3$$

$$1 \text{ (ficha)} \times 2 \text{ (atribuição de nota)} = 2$$

1 ficha sem atribuição de nota.

Somatório:

$$35 + 16 + 3 + 2 = 56$$

Média:

$$56 / 13 \text{ (fichas válidas)} = 4,30$$

Índice de aprovação: **86%**


3.1. Participação e Registros das Oficinas

3.1.1. Oficina 01

A Oficina 01 ocorreu na área central urbana de Anitápolis, no dia 03/04/2024, quarta-feira, às 19h na Câmara de Vereadores. Houve a presença de 11 pessoas (Figura 13). A oficina foi iniciada pelo professor e coordenador da equipe do Laboratório de Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Sr. Samuel Steiner dos Santos, que apresentou os slides referentes a estrutura da oficina, já apresentados na parte de Apresentação e Dinâmica deste relatório. Após

a apresentação, iniciaram-se as atividades correspondentes às fichas de contribuição, que serão descritas no decorrer deste texto. A Ata da Oficina 01 consta no Anexo 1 - Oficina 01 - Segunda Rodada.

O vídeo relativo a Oficina 01 está disponível em:

 Oficina 01 - Segunda Rodada de Oficinas - 03/04/2024

Link de acesso: https://www.youtube.com/watch?v=Ezvy1_2pMKc


Figura 04. Oficina 01 - Segunda Rodada



Fonte: Acervo próprio

3.1.2. Oficina 02

A Oficina 02 ocorreu também na área central urbana de Anitápolis, no dia 06/04/2024, sábado, às 9h na Câmara de Vereadores. O objetivo da Oficina ser realizada no fim de semana em horário alternativo visava ter presente outros participantes que se deslocam até o centro urbano, motivados pela realização da Feira típica de produtos que ocorre na praça principal. A oficina contou com a presença de 5 participantes e foi conduzida pela Arquiteta e Urbanista Dra. Geruza Kretzer. A Ata da Oficina 02 consta no Anexo 2 - Oficina 02 - Segunda Rodada.

 Oficina 02 - Segunda Rodada de Oficinas - 03/04/2024

Link de acesso: https://www.youtube.com/watch?v=L_k6rgF35bg

Figura 05. Oficina 02 - Segunda Rodada



Fonte: Acervo próprio

4. SISTEMATIZAÇÃO

Para a sistematização das contribuições será apresentado nos tópicos seguintes o conteúdo resumido da apresentação de cada bloco temático, incluindo os slides chave para definição das afirmações propostas que oferecem subsídio de validação para aprimoramento nas próximas etapas de revisão do Plano Diretor. A apresentação completa dos conteúdos pode ser lida no Anexo 03 - Apresentação Segunda Rodada de Oficinas.

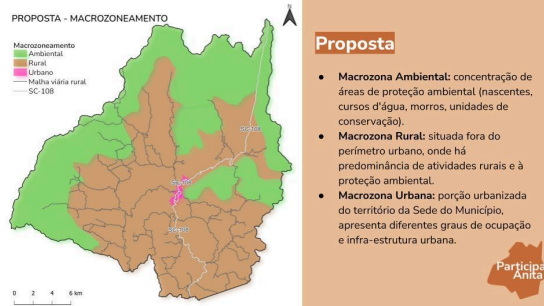
Ao todo foram recebidas 14 fichas para fins de sistematização da dinâmica geral das duas oficinas. Das 14 fichas recebidas, nem todas tiveram as respostas preenchidas. Para as respostas não preenchidas haverá o indicativo, também serão transcritos os comentários constantes na sua literalidade.

4.1. Macrozoneamento

Sobre o Macrozoneamento foi apresentada a delimitação do plano vigente, feita uma análise das características de cada uma e uma reflexão sobre o alcance dos objetivos que tinham sido propostos. Para a proposta prévia foi apresentada uma demarcação esquemática de cada macrozona, foram apresentados os critérios

de definição de cada uma, incluindo a explicação do necessário refinamento posterior, e os seus objetivos. Abaixo é possível verificar as figuras relativas à apresentação.

Figura 06. Slides 22



Fonte: Elaboração dos autores.

Figura 07. Slides 23 e 25



Fonte: Elaboração dos autores.

Após a explicação foi proposta uma afirmação com base no conteúdo apresentado. A afirmação proposta para o tema do macrozoneamento era:

O plano diretor deve considerar três macrozonas principais (urbana, ambiental e rural) com diretrizes adequadas a cada uma delas.

O resultado das fichas pode ser visto conforme a tabela:

Tabela 02. Avaliação Macrozoneamento.

	pouco importante		muito importante			não respondeu
opções de resposta	1	2	3	4	5	1
número de respostas	0	1	1	4	7	

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.

A atribuição de importância que foi mais considerada entre os participantes respondentes foi de “5 - muito importante”, com um total de 7 respostas de 14, ou seja. A média numérica resulta em 4,3, ou seja, um percentual de aprovação de 86%. Para essa afirmação houve duas contribuições escritas:

Tabela 03. Contribuições escritas - Macrozoneamento

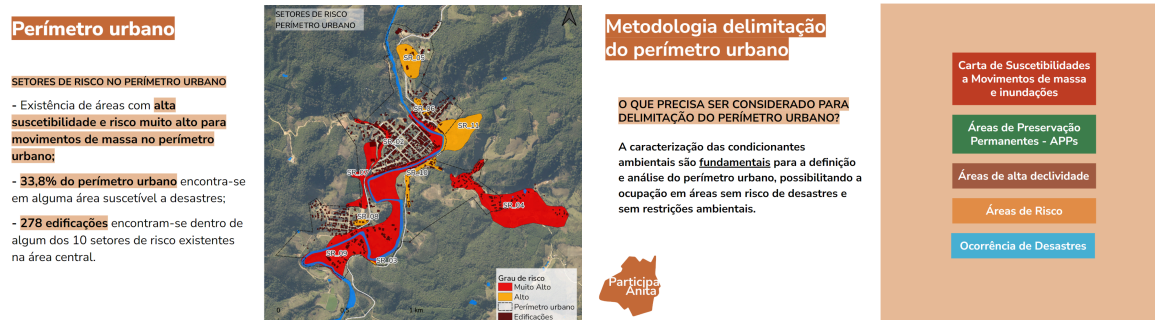
Atribuição de importância	Contribuição escrita
4	Obs: observar quanta área ambiental próxima serra geral. Plana e potencial turístico.
2	Talvez deva permanecer as macrozonas antigas - ou reavaliar a proposta - talvez conversar melhor com a administração.

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.

4.2. Perímetro Urbano, Áreas de Risco e Centralidade

Sobre perímetro urbano, áreas de risco e centralidade, inicialmente foi apresentado o perímetro urbano atual e suas problemáticas, em seguida apresentou-se os setores de risco presentes dentro do atual perímetro urbano, mostrando a necessidade de revisão da delimitação para então explicar a metodologia utilizada na elaboração do perímetro urbano proposto.

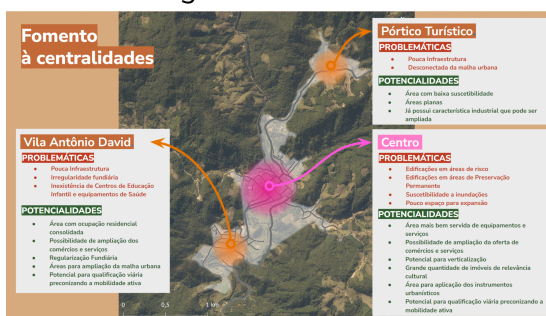
Figura 08. Slides 31 e 36



Fonte: Elaboração dos autores.

O debate, também apresentou o que é uma centralidade e sua importância para o município, abordando as centralidades a serem incentivadas para além do atual Centro Urbano.

Figura 09. Slide 53



Fonte: Elaboração dos autores.

A afirmação proposta para o tema do perímetro urbano, áreas de risco e centralidades era:

O plano diretor deve qualificar a centralidade existente e propor novas centralidades, orientando o crescimento urbano para áreas com menor risco ambiental.

Tabela 04. Avaliação Perímetro Urbano, Área de Risco e Centralidade.

	pouco importante		muito importante			não respondeu
opções de resposta	1	2	3	4	5	1
número de respostas	0	2	0	3	8	

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.

A atribuição de importância que foi mais considerada entre os participantes respondentes foi de “5 - muito importante”, com um total de 8 respostas de 14, ou seja, 57%. A média numérica resulta em 4,3, ou seja, um percentual de aprovação de 86%. Para essa afirmação houve duas contribuições escritas:

Tabela 05. Contribuições Escritas - Perímetro Urbano, Área de Risco e Centralidade

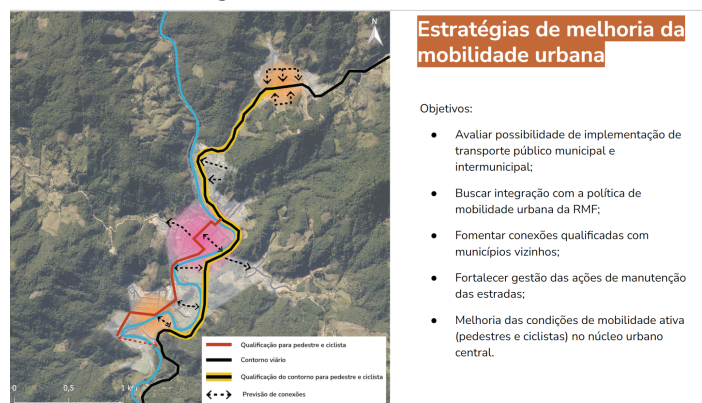
Atribuição de importância	Contribuição escrita
2	Depende do local do risco.
4	Rever o distanciamento entre o rio e construção a ser edificada. Em Anitápolis há áreas consideradas de risco qual algumas não oferecem risco algum. Caso de áreas na Vila Antônio David.

Fonte: Elaboração dos autores.

4.3. Mobilidade

Sobre a mobilidade, primeiramente foram apresentadas estratégias. Então, abordou-se especificamente sobre a mobilidade urbana na escala do município, a mobilidade de pedestres e demais meios como o transporte de ciclistas, escolar e municipal. A proposta para melhorias da mobilidade do município tem como alguns dos objetivos qualificar o contorno viário para pedestres e ciclistas e melhorias das condições de mobilidade ativa no núcleo urbano central.

Figura 10. Slide 64



Fonte: Elaboração dos autores.

A afirmação proposta para o tema da mobilidade era:

O plano diretor deve qualificar vias de conexão entre as centralidades que priorizem modos de deslocamento ativos (caminhada e bicicleta).

Tabela 06. Avaliação Mobilidade.

	pouco importante		muito importante			não respondeu
opções de resposta	1	2	3	4	5	0
número de respostas	1	0	1	4	8	

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.

A atribuição de importância que foi mais considerada entre os participantes respondentes foi de “5 - muito importante”, com um total de 8 respostas de 14, ou

seja, 57%. A média numérica resulta em 4,28, ou seja, um percentual de aprovação de 85,6%.

4.4. Redes de Espaços Livres

O tema ‘Redes de Espaços Livres’ foi tratado do slide 67 ao 77. Os primeiros slides tinham como objetivo conceituar o tema, deste modo foram tratados de assuntos como: parques e praças; Código Florestal; Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); Legislações Estaduais; Redes de Espaços Livres; Áreas de Preservação Permanente (APP); entre outros.

No slide 71 foram apresentados as Unidades de Conservação (UC) e Áreas de Reserva Legal (ARL) identificadas no município. Destacando o Corredor Ecológico Caminho das Nascentes; a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Rio da Prata Bugiu; e o Projeto de criação da Unidade de Conservação na forma de um Parque Nacional, denominada Campo dos Padres.

Figura 11. Slides 71



Fonte: Elaboração dos autores.

A apresentação teve continuidade apresentando outros aspectos das redes de espaços livres, seguido da proposta desenvolvida para o município de Anitápolis, nos slides 75 e 76. No slide 76 foi apresentado, em conjunto com o mapa, os objetivos da proposta, que visam: Proporcionar uma distribuição equitativa e acessível de áreas verdes para os cidadãos; Preservar o meio ambiente e biodiversidade, e; Criar um sistema de lugares significativos do patrimônio histórico construído, criando conexões entre as edificações históricas construídas, localizadas tanto em áreas rurais quanto urbanas, e dando significado aos conjuntos e à paisagem cultural.

Figura 12. Slides 76



Fonte: Elaboração dos autores.

Em seguida foi apresentada a afirmação relacionada à temática, para contribuição dos presentes. A afirmação proposta para o tema da rede de espaços livres era:

O plano diretor deve demarcar áreas de interesse ambiental prioritárias à implantação de espaços de lazer, reforçando a integração entre as paisagens naturais e as centralidades propostas.

Tabela 07. Avaliação Redes de Espaços Livres

	pouco importante		muito importante			não respondeu
opções de resposta	1	2	3	4	5	
número de respostas	1	1	3	4	5	0

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.

A atribuição de importância que foi mais considerada entre os participantes respondentes foi de “5 - muito importante”, com um total de 5 respostas de 14, ou seja 36%, seguido da atribuição de valor “4” com um total de 4 resposta, ou seja 28%. A média numérica resulta em 3,78, ou seja, um percentual de aprovação de 75,6%. Para essa afirmação não houve contribuição escrita.

4.5. Turismo e Patrimônio Cultural

Sobre o tema Turismo e Patrimônio Cultural foram apresentados os slides de número 80 até o número 83, como colocado abaixo. O slide 80 apresentou os aspectos turísticos identificados no município em conjunto com o mapeamento dos

estabelecimentos de serviços de hospedagem (hotéis, pousadas, sítios, cabana, entre outros). Já no slide 81 foram apresentados os aspectos mais relevantes de Patrimônio Cultural Ambiental e Paisagístico, destacando-se: a Serra Geral; a geomorfologia; a paisagem; o clima bucólico, e; a preservação ambiental.

Figura 13. Slides 80 e 81

Turismo

- As últimas pesquisas sobre serviços de hospedagens realizadas pelo IBGE (2011 e 2016) identificaram apenas uma unidade hoteleira no município;
- Atualmente, os buscadores possibilitam encontrar diversas opções de hospedagem no município. O mapa ao lado mostra a disponibilidade de locais de hospedagem;
- Este crescimento pode justificar parcialmente o aumento da participação do setor de serviços no PIB de Anitápolis, tanto pelo aumento de opções de hospedagem como pela necessidade de oferta de serviços complementares.



Patrimônio cultural

PATRIMÔNIO CULTURAL AMBIENTAL E PAISAGÍSTICO

- Serra Geral;
- Geomorfologia;
- Paisagem;
- Clima bucólico;
- Preservação ambiental.



Fonte: Elaboração dos autores.

O slide 82 apresentou o mapeamento de alguns pontos relevantes do Patrimônio Cultural Ambiental e Paisagístico, como: trilhas, serras, mirantes e cachoeiras. Neste slide também foi destacado que apesar da relevância do patrimônio ambiental do município não há um levantamento sistemático destes exemplares no território do município. O slide 83 se concentrou em tratar dos exemplares de Patrimônio Cultural Material Edificado, destacando a Praça Roberto Beppler e as edificações encontradas em seu entorno. O slide também acompanhava um mapa, onde estavam espacializados os exemplares de patrimônio cultural material identificados pela equipe técnica.

Figura 14. Slides 82 e 83

Patrimônio paisagístico

PATRIMÔNIO NATURAL E PAISAGÍSTICO

- Não há um levantamento sistemático do patrimônio paisagístico e natural de Anitápolis;
- Grande potencial e alta disponibilidade do patrimônio natural e paisagístico, fruto das características do sítio físico e do alto grau de preservação/baixa intervenção do homem na vegetação e nos corpos d'água.



Patrimônio cultural

PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL / FOMENTO

- Baixa valorização e gestão do patrimônio cultural.
- Falta de demarcação de áreas de patrimônio.



PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL



1. Prédio do Patronato Agrícola
2. Pousada São Sebastião
3. Casarão dos Beppler
4. Memorial do Combate Serra da Garçanta
5. Casarão Princesa Maria Gonzaga de Oure
6. Igreja Rio Dos Pinheiros
7. Casarão da cooperativa eletrificação rural de Anitápolis
8. Prédio da Planificadora e Confeiteira Anitápolis
9. Praça Municipal Roberto Beppler
10. Pousada Sítio Paragardê

Fonte: Elaboração dos autores.

Em seguida foi apresentada a afirmação relacionada à temática, que englobou ainda a relação entre o Patrimônio Cultural, o Turismo e as Áreas Rurais. A afirmação proposta para o tema do turismo e patrimônio cultural era:

O plano diretor deve fomentar a diversificação econômica a partir do incentivo ao turismo de baixo impacto ambiental e da valorização e proteção do patrimônio cultural (ambiental e paisagístico) nas áreas rurais.

Tabela 08. Avaliação Turismo e Patrimônio Cultural

opções de resposta	pouco importante		muito importante			não respondeu
	1	2	3	4	5	0
número de respostas	0	0	1	2	11	0

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.

A atribuição de importância que foi mais considerada entre os participantes respondentes foi de “5 - muito importante”, com um total de 11 respostas de 14, ou seja 78%. A média numérica resulta em 4,71, ou seja, um percentual de aprovação de 94,2%. Para essa afirmação não houve contribuição escrita.

4.6. Irregularidade Fundiária

Sobre o tema da irregularidade fundiária foram apresentadas as diferenças entre as irregularidades fundiárias, que vão desde o nível do parcelamento até o edifício. Após foram diferenciados os instrumentos jurídicos e urbanísticos, em que apenas os urbanísticos são passíveis de definição no Plano Diretor. Apresentou-se possíveis encaminhamentos para o tema envolvendo demarcações de áreas específicas e prioritárias, bem como a possibilidade de definição de critérios e parâmetros.

Figura 15. Slides 89 e 94

Irregularidade fundiária

- São demarcadas 3 áreas para fins de regularização fundiária no atual Plano Diretor - Lei n.º 712/2008.

ZONAS URBANAS

- Área Urbana Central
- Zona de Expansão Urbana
- Zona de Ocupação Consolidada

ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

- Área Especial de Interesse Social
- Área Especial de Qualificação Urbanística
- Área de Uso Loteado
- Sistema de Áreas Verdes Urbanas
- Área de Preservação Permanente
- Área Especial sobre o Terço de Apoio de Costas

ANEXO DE MAPA DE ZONEAMENTO DA MACROZONA URBANA

ZONEAMENTO

PARCELAMENTO URBANO

HIERARQUIA DO SISTEMA VIÁRIO

- Via Estrutural
- Via Coletora
- Via Local
- Via Local (propriedade privada)

CONVENIÊNCIAS CARTOGRAFICAS

- Polígono Polígono Urbano 2007
- Sistema viário
- Contorno d'água
- Fluxo, linha e volume

Regularização Fundiária

o que o plano pode viabilizar?

- Identificar áreas passíveis de Regularização Fundiária;
- Demarcar áreas ou zonas no Plano;
- Definir diretrizes para as áreas de regularização fundiária de interesse social (Reurb-S);
- Definir critérios e parâmetros para o projeto de regularização;
- Definição de critérios para caracterização de NUI consolidado;
- Definir prioridades de análise e aprovação;
- Definição de contrapartidas para os processos (Reurb-E);

- Critérios que poderão ser trabalhados:

- tempo de ocupação;
- quantidade de lotes mínimos;
- quantidade de lotes ocupados;
- dimensão mínima do lote;
- dimensão de vias;
- infraestrutura instalada.

Após a explicação foi proposta uma afirmação com base no conteúdo apresentado:

O plano diretor deve prever parâmetros e procedimentos adequados de regularização fundiária para áreas urbanas e rurais.

Tabela 09. Avaliação Irregularidade Fundiária

opções de resposta	pouco importante			muito importante		não respondeu
	1	2	3	4	5	
número de respostas	0	0	0	2	12	0

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.

A atribuição de importância que foi mais considerada entre os participantes respondentes foi de “5 - muito importante”, com um total de 12 respostas de 14, ou seja 86%. A média numérica resulta em 4,85, ou seja, um percentual de aprovação de 97%. Para essa afirmação houve duas contribuições escritas:

Tabela 10. Contribuições Escritas - Irregularidade Fundiária

Atribuição de importância	Contribuição escrita
5	Acredito que as áreas propícias para turismo e empreendimento como pousada e condomínio são distantes do centro. Não vejo como fazer em local específico do município.
5	Mais de 50% das áreas próximas ao centro são contratos. Flexibilizar a regularização e aumentar área urbana.

4.7. Possibilidades para a Ocupação em Áreas Rurais

A respeito das possibilidade de ocupação em Áreas Rurais, a apresentação disposta apresentava os parâmetros já estabelecidos pela Lei n.º 4.504/1964, que permite o uso de determinadas atividades.

Em seguida, a apresentação caracterizava as áreas rurais do município de Anitápolis, em que se apontava principalmente a baixa densidade aliada à grande extensão territorial em que se apresenta a dificuldade de atendimento das infraestruturas; a população dispersa; a falta de núcleos ativos nas localidades; a

malha viária desconecta/dispersa que resulta na necessidade de se percorrer grandes distâncias para acesso aos equipamentos e para acesso entre localidades. Ademais o território municipal, predominantemente rural, apresenta uma geomorfologia complexa, com morros e vales encaixados, com exceção de pequenas áreas planas, estreitas, localizadas na porção sul do município.

Por fim, foi tratado do tema dos condomínios rurais na perspectiva das possibilidades de regulamentação por meio do atendimento da função social, incluindo o fomento à preservação do patrimônio ambiental e turismo. Para tanto foram propostos indicativos de parâmetros para regulamentação.

Figura 16. Slides 105 e 106

Possíveis critérios para estabelecer condomínios rurais

Turismo e Patrimônio

- Definir áreas adequadas no município para os condomínios rurais que estejam vinculadas ao fomento do turismo e a valorização do patrimônio cultural;

Vias estruturantes

- Estabelecer que a ocupação no formato de condomínios ocorra próxima às vias estruturantes;
- Separar, no Plano Diretor, as responsabilidades do município e as responsabilidades dos proprietários;

Dimensões e Áreas Máximas

- Definir parâmetros adequados de dimensão de gleba e de frações ideais, no caso de condomínios rurais;

Possíveis critérios para estabelecer condomínios rurais

Espaços comuns

- Prever vias internas, áreas para atividades agrícolas, áreas para reserva legal e espaços de Uso Comum, que são de responsabilidade do condomínio.

Uso misto para atividades agropecuárias

- Estabelecer quantidade e tipo de equipamentos e/ou edificações de apoio às atividades agropecuárias;

Índices construtivos

- Estabelecer afastamentos e índices de ocupação para as edificações (como Taxa de Ocupação Máxima e Índice de Aproveitamento);
- Definir número de edificações por fração ideal;

Procedimentos para aprovação

- Definir processos e fases da aprovação da viabilidade dos empreendimentos.

Após a explicação foi proposta uma afirmação para o tema das possibilidades para ocupação em áreas rurais que era:

O plano diretor deve prever áreas para implementação de condomínios rurais com parâmetros adequados, que considerem aspectos geoambientais e de mobilidade.

Tabela 11. Avaliação de Possibilidades para Ocupação Rural.

	pouco importante			muito importante		não respondeu
opções de resposta	1	2	3	4	5	0
número de respostas	0	0	4	2	8	

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.

A atribuição de importância que foi mais considerada entre os participantes respondentes foi de “5 - muito importante”, com um total de 8 respostas de 14, ou

seja 57%. A média numérica resulta em 4,28, ou seja, um percentual de aprovação de 85,6%. Para essa afirmação houve uma contribuição escrita:

Tabela 12. Contribuição Escrita - Possibilidades para Ocupação Rural

Atribuição de importância	Contribuição escrita
5	<p>Muito importante discutir este assunto. Respondi um pouco na anterior.</p> <p><i>Resposta anterior: Acredito que as áreas propícias para turismo e empreendimento como pousada e condomínio são distantes do centro. Não vejo como fazer em local específico do município.</i></p>

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.

4.8. Políticas Setoriais

No que tange às Políticas Setoriais a apresentação se dispôs a explicar a diferença entre política, plano, programa e projeto, considerando a abrangência de uma escala mais ampla para uma escala mais específica. Foram apresentadas as 5 estratégias e 21 programas descritos no plano diretor que está vigente e feita uma reflexão crítica acerca da efetivação e ingerência do planejamento para execução dos objetivos disponíveis.

Na revisão do conteúdo do atual plano foi proposta a adaptação de seis políticas a fim de complementar o processo de planejamento territorial do município, com um escopo mais focado no que são as problemáticas e potencialidades territoriais. As políticas setoriais preliminarmente propostas são: Política de Mitigação de Desastres Ambientais; Política Ambiental; Política de Saneamento básico; Política de Desenvolvimento Rural; Política de Preservação e Valorização do Patrimônio; e Política de habitação e regularização fundiária.

Figura 17. Slide 112



* O turismo está presente de forma transversal nas políticas ambiental, de desenvolvimento rural e de preservação e valorização do patrimônio



Para as propostas de políticas feitas, foi oferecida uma tabela de análise de importância para cada uma delas.

Tabela 13. Avaliação das Propostas de Políticas Setoriais

opções de resposta	pouco importante		muito importante			não respondeu
	1	2	3	4	5	
Política de Mitigação de Desastres Ambientais	0	0	2	3	8	1
Política Ambiental	1	1	2	5	4	1
Política de Saneamento Básico	0	0	1	2	10	1
Política de Desenvolvimento Rural	0	1	0	3	9	1
Política de Preservação e Valorização do Patrimônio	0	0	3	2	9	1
Política de Habitação e Regularização Fundiária	0	0	0	2	11	1

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.

Abaixo a tabela síntese da avaliação das propostas em média numérica e porcentagem de aprovação:

Tabela 14. Média da Avaliação das Propostas de Políticas Setoriais

	Média Numérica	Porcentagem de Aprovação
Política de Mitigação de Desastres Ambientais	4,46	89,2%

Política Ambiental	3,76	75,2%
Política de Saneamento Básico	4,69	93,8%
Política de Desenvolvimento Rural	4,53	90,6%
Política de Preservação e Valorização do Patrimônio	4,76	95,2%
Política de Habitação e Regularização Fundiária	4,84	96,8%

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.

4.9. Instâncias Participativas

As instâncias participativas compõem o Sistema de Acompanhamento e Controle para garantir a participação e controle social na gestão das políticas territoriais e urbanas. Foram apresentados o esquema do Plano Diretor vigente para as instâncias participativas e a proposta.

Figura 18. Slides 116



Fonte: Elaboração dos autores.

A afirmação proposta para o tema das instâncias participativas era:

O plano diretor deve fortalecer as instâncias participativas na política urbana municipal e consolidar a atuação do Conselho de Desenvolvimento Municipal no processo de gestão e planejamento territorial.

Tabela 15. Avaliação Instâncias Participativas

	pouco importante		muito importante			não respondeu
opções de resposta	1	2	3	4	5	
número de respostas	0	0	4	1	8	1

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.

A atribuição de importância que foi mais considerada entre os participantes respondentes foi de “5 - muito importante”, com um total de 8 respostas de 14, ou seja 57%. A média numérica resulta em 3,78, ou seja, um percentual de aprovação de 75,6%. Para essa afirmação não houve contribuição escrita.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a sistematização de cada um dos questionamentos, foi possível sintetizar as médias numéricas e as porcentagens de aprovação. Para todas as afirmações propostas relativas às diretrizes e eixos estratégicos houve aprovação. Destacam-se pela avaliação com mais de 90% as relativas à Irregularidade Fundiária; Política de Habitação e Regularização Fundiária; Política de Preservação e Valorização do Patrimônio; e Turismo e Patrimônio Cultural.

Com o resultado apresentado se dará continuidade às proposições tendo como base o conteúdo apresentado na Oficina 02. Para a Oficina 03 o trabalho evoluirá para proposições no âmbito dos parâmetros e das definições territoriais das diretrizes e eixos estratégicos.

Tabela 16. Quadro Síntese - Média numérica e porcentagem de aceite por tema.

Tema		Média numérica	Porcentagem de aceite
Macrozoneamento		4,30	86%
Perímetro Urbano, Áreas de Risco e Centralidade		4,30	86%
Mobilidade		4,28	85,6%
Redes de Espaços Livres		3,78	75,6%
Turismo e Patrimônio Cultural		4,71	94,2%
Irregularidade Fundiária		4,85	97%
Possibilidades para Ocupação em Área Rural		4,28	85,6%
Políticas Setoriais	Política de Mitigação de Desastres Ambientais	4,46	89,2
	Política Ambiental	3,76	75,2%
	Política de Saneamento Básico	4,69	93,8%
	Política de Desenvolvimento Rural	4,53	90,6%
	Política de Preservação e Valorização do Patrimônio	4,76	95,2%
	Política de Habitação e Regularização Fundiária	4,84	96,8%
Instâncias Participativas		3,78	75,6%

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.


ANEXO 01 - ATA OFICINA 01 - SEGUNDA RODADA

Oficina 01 da Segunda Rodada de Oficinas da Revisão do Plano Diretor de Anitápolis

Pauta: A Oficina 01 da Segunda Rodada de Oficinas de Revisão do Plano Diretor Participativo de Anitápolis aconteceu no dia 03 de abril de 2024, quarta-feira, de modo presencial, na Câmara de Vereadores de Anitápolis, Rua Vereador Neri Ferreira de Souza, nº 111, no bairro Centro. O objetivo da Oficina foi apresentar os objetivos e as diretrizes estratégicas referentes à elaboração do Plano Diretor Participativo de Anitápolis.

Gravação Integral da Audiência, contendo legenda, disponível em:

Link de acesso:

 Oficina 01 - Segunda Rodada de Oficinas - 03/04/2024

https://www.youtube.com/watch?v=Ezvy1_2pMKc

A primeira Oficina da Segunda Rodada de Oficinas do Processo de Revisão do Plano Diretor foi iniciada às 19h15min pelo Prof. Samuel Steiner dos Santos, coordenador da Equipe Técnica do Laboratório de Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof. Samuel dá início a apresentação agradecendo a participação dos presentes e questionando sobre a possibilidade de ampliação do engajamento da população nos eventos programados pela Equipe de Revisão, e estimula os presentes a divulgarem a segunda Oficina prevista para esta rodada, programada para o dia 06 de abril. Destaca que o processo de revisão acaba de chegar em sua terceira etapa, que marca o início do desenvolvimento das propostas para elaboração do novo Plano Diretor Participativo. Reitera que o material a ser apresentado durante a oficina em questão, compõe o início das discussões, e que a participação e contribuição da população ajudará no desenvolvimento das propostas finais. Samuel inicia a explicação quanto às regras previstas para execução da oficina, o pacto de convivência e a metodologia do processo de revisão do Plano Diretor; e solicita aos presentes que em caso de dúvidas realizem interrupções no decorrer da apresentação, ressaltando que estas devem ser feitas de maneira

organizada. Ao tratar do momento atual da revisão, Samuel afirma que decorreram cerca de dois terços do tempo previsto para a execução do processo e explica como ocorrerão as próximas etapas previstas. O professor reforça aos presentes sobre a estrutura prevista para a Oficina, destacando que os pontos abordados são diretrizes estruturantes sobre temáticas relevantes para o desenvolvimento das propostas, e cita sobre a importância desta etapa para a solidificação do Plano. Ao tratar da consolidação da versão preliminar, Samuel fala que este momento é importante para identificar possíveis lacunas não identificadas pelas Leituras Comunitária e Técnica; e reforça que as contribuições recebidas pela equipe técnica serão analisadas e receberão pareceres que, com critérios técnicos, avaliarão sua pertinência. Reitera a importância da atuação do Núcleo Gestor no processo de aprovação do Plano Diretor e indica que a equipe tinha como objetivo apresentar a versão consolidada do PDP à Câmara de Vereadores, no mês de junho. Samuel suscita como exemplo a tramitação da versão final do Plano Diretor do Município de Angelina, também executado pela equipe do Laboratório de Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Reforça que a segunda oficina prevista para o próximo sábado, dia 06 de abril, contará com o mesmo conteúdo abordado na apresentação em andamento. O professor convida a comunidade para acessar o site do projeto “Participa Anita” para ter acesso ao material técnico elaborado pela equipe, bem como os registros das atividades participativas realizadas anteriormente. Dando prosseguimento a apresentação, Samuel elenca os temas norteadores que estruturam a dinâmica da oficina, suscitando como exemplo o tema de Uso e Ocupação do Solo e sua importância na delimitação dos parâmetros de ocupação que serão determinados na próxima etapa da revisão, bem como os usos permitidos e proibidos pelo zoneamento, ambos os temas que serão abordados nas oficinas previstas para a terceira rodada. Com o objetivo de evitar prolongamentos na apresentação, o professor sugere que possíveis contribuições fossem condensadas ao fim da apresentação de slides e prossegue com a explicação quanto ao preenchimento das ‘fichas de manifestações’, entregues neste momento aos presentes. Ainda tratando do tema, Samuel esclarece que as manifestações realizadas nas fichas compõem o relatório da segunda rodada de oficinas comunitárias e auxiliarão a equipe técnica na compreensão da aderência das diretrizes elaboradas à realidade do município. Dando início a apresentação das propostas o professor apresenta os princípios norteadores desenvolvidos para o Plano Diretor de Anitápolis e os destaca como instrumento que permitem apresentar o “espírito” daquela legislação, que funcionam como balizadores que

auxiliarão no desenvolvimento das propostas; os princípios apresentados aos presentes foram: Equilíbrio socioambiental; Gestão democrática da cidade; Desenvolvimento econômico e social; Pleno acesso aos equipamentos e serviços urbanos; Uso e ocupação de áreas ambientalmente seguras; Função social da cidade e da propriedade urbana, e; Promoção da qualidade de vida nas áreas rurais e urbanas. O professor pondera que o primeiro princípio, que trata do equilíbrio socioambiental, foi elaborado pensando na integração entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, aspecto relevante para o território de Anitápolis. Ao tratar da 'Gestão democrática', o professor reforça o papel dos instrumentos de acompanhamento do Plano Diretor e reafirma a importância da implementação e do efetivo funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Territorial, que no processo de revisão do PDP era representado pelo Núcleo Gestor. O pleno acesso aos equipamentos urbanos é destacado por Samuel, devido às características identificadas no território de Anitápolis, que concentra todos os equipamentos urbanos no núcleo central, enquanto as comunidades rurais não contam com estas infraestruturas considerando sua baixa densidade demográfica. Deste modo, completa o professor, o plano diretor, mais do que garantir a distribuição destes equipamentos pelo território, aspecto que se tornaria custoso ao município, deve estabelecer diretrizes para melhorias que possibilitem que toda a população acesse os equipamentos por meio de conexões seguras entre as diferentes localidades e a região central. Ao tratar das áreas ambientalmente seguras o professor adianta os critérios utilizados para a demarcação do novo perímetro urbano do município e destaca as problemáticas ambientais identificadas no território de Anitápolis. O professor acrescenta também as problemáticas identificadas relacionadas à irregularidade fundiária e aos vazios urbanos, e ressalta a importância da delimitação de áreas ambientalmente seguras para a ampliação do perímetro urbano. Comenta sobre a função social da propriedade urbana, destacando que os interesses individuais não devem se sobrepor aos interesses coletivos. E ao comentar o último princípio elencado, fala sobre a importância das definições do plano diretor, também para definições quanto à ocupação em áreas rurais. Ao iniciar a apresentação do primeiro bloco, Samuel explica o que é o Macrozoneamento e destaca que este instrumento define as estratégias de desenvolvimento do município. Ressalta os critérios adotados para a demarcação do novo macrozoneamento e reitera as similaridades identificadas entre as diferentes macrozonas definidas pelo plano diretor atual, aspecto que dificulta a gestão. Apresenta o mapa proposto para as macrozonas, iniciando pela Macrozona

Ambiental que busca demarcar áreas com restrições de ocupação. Fala sobre o papel da Macrozona Ambiental e sua relação com a preservação dos recursos naturais e da paisagem natural, destacando que os usos devem mitigar os impactos ambientais. Explica o perímetro da Macrozona Rural e sua relação com a preservação dos recursos naturais e também de desenvolvimento econômico. Destaca que a definição quanto ao porte das atividades previstas naquela macrozona é fundamental para entender onde podem ser acrescentadas de atividades produtivas ou onde estas atividades devem ser mitigadas. Ao explicar sobre a Macrozona Urbana, Samuel destaca que a área urbana pode receber maior verticalização, sobretudo na área próxima a Praça Roberto Beppler, possibilitando um adensamento moderado desta área. Fala sobre a importância das novas atividades econômicas implementadas em conjunto com a preservação ambiental. Aproveita para falar sobre a regularização fundiária na área urbana, que conta com diversas áreas irregulares. Cita sobre a necessidade de conter a ocupação nas margens dos rios, evitando possíveis desastres e sobre a importância da ocupação de terrenos ociosos, já que possibilita uma maior disponibilidade de áreas favoráveis à ocupação, com a previsão de espaços públicos adequados para a instalação de equipamentos. Destaca sobre a relevância da garantia de implantação de saneamento básico e finaliza a apresentação do primeiro bloco com a afirmação escrita para a contribuição dos presentes. Ao iniciar a apresentação do segundo bloco temático, que trata do Perímetro Urbano e Condicionantes Ambientais, o Professor Samuel destaca as problemáticas relativas a suscetibilidade a inundação e deslizamento no município. Fala sobre o perímetro urbano atual, indicando no mapa a localização do espaço onde era realizada a oficina e apresenta as manchas urbanas identificadas em 2012 e 2023. Destaca que algumas das áreas recentes foram ocupadas fora do perímetro urbano. Mostra o mapa do recorte com os vazios urbanos, salienta que há poucas áreas para expansão do perímetro devido às áreas de preservação. Mostra o mapa de áreas de risco mapeadas pelo Sistema Geológico Nacional e reforça a importância deste levantamento e sua metodologia.

O Sr. Sebastião Antonio David pede a palavra e questiona sobre as áreas com alto risco de suscetibilidade, alegando que algumas das áreas demarcadas pelo levantamento nunca haviam tido ocorrências de inundação.

O professor Samuel responde o questionamento indicando que o levantamento possuía uma metodologia consolidada e que em caso de elevação nos níveis dos rios era natural que a água invadisse aquelas áreas que caracterizam-se como planícies baixas nas proximidades do leito do rio.

O Sr. Helio Hasse, questiona sobre a falta de clareza quanto às tipologias de empreendimentos e usos que são permitidos em cada área da cidade, e destacou que a prefeitura não realiza a fiscalização de obras e parcelamentos de maneira adequada.

O Professor destaca que há uma maior dificuldade de prefeituras pequenas, como a de Anitápolis, em gerir legislações complexas e atender todas as suas demandas e os diferentes critérios estabelecidos. Destaca que alguns Planos Diretores buscam desenvolver legislações que mitiguem a problemática e busquem soluções que permitam uma gestão mais eficiente da equipe de fiscalização. Samuel dá prosseguimento à apresentação com o estudo complementar de suscetibilidade a escorregamento de massa e de áreas com potencial de alagamento. O professor salienta que é necessário ter cuidado com frases que façam simplificações e que não levem em conta um rigor de análise das áreas suscetíveis. Fala que estas áreas de risco merecem um maior cuidado em alguns aspectos de uso e ocupação e não descarta a ocupação destes espaços desde que com as devidas restrições. Continuando a falar sobre a ampliação do perímetro urbano o professor esclarece que a ampliação deve ser feita com parcimônia, já que pode acarretar custos inviáveis para realidade do município e conseqüentemente comprometer seu desenvolvimento. Samuel fala sobre os possíveis problemas de planos diretores que busquem atender interesses específicos em detrimento aos interesses coletivos. Salienta as dificuldades no gerenciamento destas novas áreas de expansão e demonstra como exemplo os estudos realizados no município de Nova Serrana, cidade que também teve o Plano Diretor elaborado pela Equipe do Laboratório de Urbanismo. Apresenta os custos de urbanização e os impactos no orçamento municipal para viabilizar aquelas ampliações no perímetro urbano, destacando a necessidade de se chegar a uma decisão equilibrada. Dá prosseguimento a apresentação apresentando o mapa com a proposta de ampliação do perímetro urbano de Anitápolis, que concentrou as ampliações em duas áreas, uma no entorno do pórtico turístico, ao norte; e outra ao sul, no entorno da Vila Antonio David. Samuel destaca que a ampliação do perímetro ao sul do perímetro atual corresponde a uma demanda já adiantada pela prefeitura do município, que indicou a área como potencial de recebimento de investimentos em infraestrutura e equipamentos urbanos.

A Sra. Luana Carolina Beltrami questiona sobre o papel da centralidade localizada na Praça Roberto Beppler no contexto desta nova proposta.

O Professor Samuel elenca que as novas centralidades propostas tinham como objetivo complementar a centralidade localizada na Praça, criando uma rede que interligue os três espaços, prevendo inclusive a intensificação da ocupação no entorno da praça central.

O Sr. Sebastião Antonio David volta a questionar sobre a dificuldade de entendimento quanto aos limites do perímetro urbano atual.

Samuel responde novamente aos questionamentos expressos e explica as grandes áreas de expansão propostas além dos espaços propostos para ajustes e refinamento do perímetro atual. Ao detalhar a ocupação de cada uma das áreas de ampliação propostas destaca seus potenciais e possíveis usos. O professor explica sobre a estratégia utilizada pela equipe na apresentação de manchas de expansão e não do perímetro estritamente delimitado, salientando que esta ação visa possibilitar a participação da população na construção da proposta e evita a discussão sobre terrenos e interesses específicos. Volta a falar sobre a importância da preservação do manancial responsável pelo abastecimento de água da cidade e destaca preocupação com a ocupação bastante consolidada da área. Destaca que, com as estratégias adotadas para a ampliação do perímetro urbano, a cidade passaria a contar com áreas que suportam um crescimento populacional de até 9 mil habitantes apenas no perímetro urbano. Samuel fala sobre o terceiro bloco temático, explicando como se caracterizam centralidades e destacando a Praça Roberto Beppler e seu entorno. Fala sobre como as áreas de lazer são exigidas pela legislação e como a boa demarcação desses espaços pode incentivar a ocupação e a qualidade espacial. Explica sobre os problemas envolvendo os usos exclusivamente residenciais que prejudicam a vitalidade urbana e fala da importância da ampliação da densidade em locais com maior infraestrutura, destacando a importância de concentrar os equipamentos urbanos nas centralidades, para intensificar seu uso. Salienta a concentração de equipamentos localizados nas proximidades da Praça Roberto Beppler e apresenta a proposta do sistema de centralidades que a proposta pretende incentivar, destacando que cada uma delas contará com parâmetros e usos específicos. Buscando salientar a problemática da falta de vitalidade em espaços urbanos, o professor utiliza como exemplo a Rua Lauro Linhares, localizada na cidade de Florianópolis e salienta a importância de fachadas que permitam maior interação entre a rua e a edificação. Aproveita a contextualização para explicar a proposta inicial para os usos previstos no entorno de cada uma das centralidades e finaliza o bloco com a afirmação referente à proposta das novas centralidades. Após aguardar alguns instantes o professor dá início ao terceiro bloco, que continha como

primeiro tema a Mobilidade, e destaca que o aspecto não se refere apenas a malha viária, mas também quanto a forma como a cidade se organiza. Fala sobre as problemáticas referentes ao tema identificadas no município e apresenta as estratégias que podem ser adotadas para a melhoria da mobilidade ativa, como a melhoria das calçadas e a instalação de ciclovias, além de outras estratégias de mobilidade como a efetivação do contorno rodoviário previsto com o asfaltamento do trecho sul da SC-108. Dando prosseguimento a apresentação o professor trata do tema Espaços Livres e de Lazer, enfatizando a importância destes espaços para a melhoria da qualidade urbana e acrescenta que Anitápolis possui potencial para que a ocupação possa valorizar a relação entre a comunidade e o Rio. Cita sobre as áreas obrigatórias de preservação e sua importância para a mitigação dos desastres ambientais.

O Sr. Hélio fala sobre a importância de preservar as margens dos Rios, e dos problemas enfrentados pela substituição da vegetação nativa por atividades de silvicultura.

Samuel destaca que mesmo com a lei de área urbana consolidada, há áreas de proteção que não podem ser mitigadas. Mostra a proposta da rede de espaços livres e a importância de que as novas centralidades recebam a inserção de novas áreas de lazer, bem como a qualificação da infraestrutura existente para receber vias arborizadas. Fala que a inserção de um parque linear não demanda altos investimentos e utiliza como exemplo as discussões realizadas durante o processo de revisão do Plano Diretor de Antônio Carlos, também desenvolvido pelo Laboratório de Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (LabUrb-UFSC). O professor fala sobre o turismo e a recente expansão dos equipamentos turísticos localizados em todos os municípios da região e coloca que é necessário identificar o impacto da inserção destes tipos de equipamentos e incentivá-los em áreas ambientalmente seguras. Apresenta a diretriz para o Turismo, Patrimônio Cultural e a Área Rural e acrescentou que esta diretriz pode ter influência na elaboração das políticas setoriais. Inicia o Bloco 3 tratando da Irregularidade Fundiária. Inicialmente o professor explica sobre o tema e os tipos de irregularidades que podem ser identificados, informa que a apresentação trazia o exemplo do município de Angelina, que também teve o Plano Diretor revisado pelo LabUrb. Mostrou os parcelamentos irregulares identificados no município de Anitápolis, citando que estes espaços devem ser regularizados. Trouxe as informações referentes à regularização fundiária e sua relação com o Projeto Lar Legal. Samuel explica que o Plano Diretor Participativo busca estabelecer critérios que não

permitam o parcelamento em áreas irregulares, definindo com clareza as áreas que podem ser regularizadas. Samuel fala sobre as limitações de ocupação em áreas rurais e apresenta as legislações referentes à ocupação de áreas rurais e das possibilidades de complemento turístico em áreas rurais e a inserção de condomínios rurais. Samuel mostra os critérios para o estabelecimento de condomínios rurais e de que forma estes critérios se relacionam com outros temas como: Patrimônio Cultural; Vias estruturantes; Dimensões e Áreas Máximas

O Sr. Anderson questiona sobre a cobrança de impostos sobre condomínios rurais.

Samuel comenta que podem ser estabelecidos alguns critérios para cobrança de impostos, mas que não pode ser cobrado IPTU, já que sua cobrança é condicionada às áreas urbanas. Cita como exemplo o Rancho Queimado e as problemáticas enfrentadas pela gestão deste tipo de empreendimento no município que acaba por transformar todas as áreas onde estão inseridas em áreas urbanas, que demandam infraestrutura e investimentos por parte do poder público. Acrescenta que o proprietário deve ser responsabilizado pelos investimentos em infraestrutura urbana.

O vice-prefeito, Sr. Rogério Hasse, fala sobre a arrecadação gerada pela implementação de loteamentos rurais e sugere que seja liberada a inserção de loteamentos fora do perímetro urbano.

O Sr. Thiago Heinz fala que há problemas relacionados aos vazios urbanos e que não há áreas para expansão da ocupação.

O vice-prefeito, Sr. Rogério Hasse, questiona as áreas previstas para expansão do perímetro urbano e acrescenta que ambas contam com glebas que têm como proprietário a Prefeitura Municipal.

Samuel comenta que as áreas pertencentes ao poder público devem ser mapeadas pela prefeitura e enviadas para a equipe técnica, destacando que estas informações passarão por um crivo da equipe para definição das áreas adequadas.

O Sr. Thiago Heinz diz que os novos loteamentos podem melhorar o comércio local, mas que isso gera problemas com as estradas.

O Sr. Anderson Flâmia comenta que o investimento em moradias de uso ocasional na cidade deve trazer algum retorno ao município além do consumo dos produtos e serviços locais, acrescenta também que estas atividades imobiliárias poderiam ocasionar na cobrança de impostos e sugere a possibilidade da cobrança de uma Taxa de Preservação Ambiental. Destaca que as novas pousadas não pagam impostos e não contribuem para a arrecadação da cidade

Samuel reforça sobre os critérios técnicos para a delimitação do novo perímetro urbano e destaca que a equipe é bastante criteriosa quanto ao aspecto participativo, incentivando e levando em conta as contribuições realizadas pela população em todas as atividades participativas. Inicia o quarto bloco explicando os outros instrumentos de atuação do planejamento urbano. Fala sobre a importância da política de mitigação de desastres ambientais para a realidade do município, devido às características territoriais e de áreas de suscetibilidade. Cita sobre a política de habitação e regularização fundiária para a obtenção de financiamentos federais. Encerra o último tópico, das instâncias participativas, explicando o papel de cada um dos agentes e da atuação do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Anitápolis. Fala da importância do Fundo de Desenvolvimento Territorial.

O Sr. Anderson questiona se pode ser diminuída a necessidade de assinaturas para alteração de legislações pelo conselho de desenvolvimento, já que, segundo ele, a Lei Orgânica estipula 5% da população total contribua para a modificação e sugere que sejam realizadas oficinas em comunidades rurais.

A Sra. Letícia sugere que a falta de participação dos residentes da área rural, nas atividades presenciais do Plano Diretor, pode estar relacionada à falta de conscientização e priorização deste instrumento para definição do desenvolvimento urbano do município.

O professor Samuel agradece a participação dos presentes e encerra a Oficina, pedindo para que todos respondam as fichas de contribuição.

LISTA DE PRESENÇA

Qnt	Nome	Bairro	Entidade
1	Luana Carolina Beltrami	Maracujá	-
2	Letícia Ribeiro dos Santos	Centro	Prefeitura
3	Anderson S. Flâmia	Maracujá	-
4	Fernando da Silva	Centro	Prefeitura
5	Rogério Hasse	Rio Branco	Prefeitura
6	Linkom W. Hanck	Vila Nova	Secretaria Municipal de Saúde
7	Albertina Hahn	Centro	-
8	Thiago G. Heinz	Centro	-
9	Sebastião Antônio David	Vila Antônio David	-
10	Hélio Hasse	Rio Alfa	-
11	Rita de C. Heinz	Centro	Educação

Equipe UFSC

Qnt	Nome	Atividade
1	Samuel Steiner dos Santos	Apresentação
2	Mariana Panzera	Auxílio dinâmica
3	Lucas Nora	Elaboração da ata
4	Mariana Pflieger	Auxílio dinâmica

ANEXO 02 - ATA OFICINA 02 - SEGUNDA RODADA

Oficina 02 da Segunda Rodada de Oficinas da Revisão do Plano Diretor de Anitápolis

Pauta: A Oficina 02 da Segunda Rodada de Oficinas de Revisão do Plano Diretor Participativo de Anitápolis aconteceu no dia 03 de abril de 2024, quarta-feira, de modo presencial, na Câmara de Vereadores de Anitápolis, Rua Vereador Neri Ferreira de Souza, nº 111, no bairro Centro. O objetivo da Oficina foi apresentar os objetivos e as diretrizes estratégicas referentes à elaboração do Plano Diretor Participativo de Anitápolis.

Gravação Integral da Audiência, contendo legenda, disponível em:

Link de acesso: https://youtu.be/L_k6rqF35bq?si=7ylt7BJQyRBjbr35

A Segunda Oficina da Segunda Rodada de Oficinas do Processo de Revisão do Plano Diretor foi iniciada às 09h20min pela arquiteta e urbanista Dra. Geruza Kretzer, da Equipe Técnica do Laboratório de Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Geruza dá início a apresentação, indicando que por ser um grupo pequeno de presentes, será possível flexibilizar a dinâmica da oficina. Mostra o processo de funcionamento do convênio e o objetivo da segunda oficina, que é apresentar as diretrizes e eixos estratégicos obtidos a partir do material elaborado pela equipe técnica. Apresenta as regras da oficina e mostra o processo realizado até então. Relata o processo atual de oficinas territoriais e os levantamentos que vêm sendo feitos pela equipe técnica. Relata sobre a audiência pública que foi realizada, para apresentação da leitura da cidade. Indica o momento em que será realizado o envio dos produtos para a Câmara de Vereadores e apresenta aos participantes o momento atual de elaboração do plano diretor, que é a etapa 03 de oficinas territoriais. Na sequência, apresenta a etapa 04, que é de elaboração da versão preliminar, e a etapa 05, que é de consulta pública. Mostra o cronograma atual da etapa 03 e onde estão os materiais produzidos durante as etapas 01 e 02, disponíveis no site participaanita.sites.ufsc.br. Relata que a leitura da cidade foi

separada em diferentes temas estruturantes, como uso do solo, habitação, aspectos socioeconômicos, entre outros. Mostra que a leitura da cidade foi uma síntese dos aspectos levantados durante a leitura técnica e a leitura comunitária. Apresenta a estrutura da apresentação, que se dará em quatro blocos oriundos dos temas estruturantes levantados. Mostra o funcionamento das fichas de manifestação durante a oficina, que devem ser respondidos com a ficha entregue pela equipe técnica. Inicia abordando os princípios estabelecidos para o plano diretor, em primeiro lugar abordando a importância do equilíbrio socioambiental para o município, da gestão democrática, que todos possam de fato participar das decisões, do desenvolvimento econômico e social, do pleno acesso aos equipamentos e serviços urbanos – tema delicado para o município com grande extensão territorial –, uso e ocupação de áreas ambientalmente seguras, função social da cidade e da propriedade urbana, promoção da qualidade de vida nas áreas rurais e ambientais. Inicia o Bloco 01 apresentando o que é o macrozoneamento, como ele funciona e o que importa para o desenvolvimento do município. Informa que isso significa uma divisão do território do município de acordo com determinações para uso e ocupação do solo. Reforça que o planejamento será direcionado de formas diferentes entre as macrozonas, por terem características diferentes. Informa que atualmente o município está dividido em seis macrozonas diferentes, mas quando se analisa as características das macrozonas, percebe-se que não há muita diferença entre elas. Ressalta que quando é feita a comparação entre elas, vê-se que todas têm características muito similares no que diz respeito a densidade populacional, questões ambientais, equipamentos comunitários, entre outros. Apresenta a proposta feita pela Equipe Técnica, que reduz para três macrozonas, urbana, rural e ambiental. Informa que cada uma delas tem uma característica diferente, a ambiental tem como objetivo garantir a proteção e recuperação ambiental, além de fomentar a preservação e fortalecer os corredores ecológicos e promover o uso e manejo sustentável. Apresenta a macrozona rural, que teria como objetivos fortalecer as atividades rurais e a permanência no campo, a partir de atividades compatíveis com as condicionantes ambientais, valorizar o potencial turístico – tema que foi muito trabalhado na leitura técnica –, proteger integralmente flora, fauna e recursos hídricos, melhorar o sistema viário. Introduce a proposta sobre a macrozona urbana. Mostra que os objetivos de cada macrozona são fruto das leituras realizadas e introduz a dinâmica da oficina com a primeira afirmação a ser avaliada pelos participantes. Retoma a apresentação debatendo as condições atuais do perímetro urbano, reforçando que não existe uma grande mudança ao longo dos anos. Relata

sobre a condição de proximidade dos cursos d'água e das áreas de risco, em que 33,8% do perímetro urbano está em áreas de risco. Mostra os mapas elaborados a partir das fontes oficiais sobre riscos e suscetibilidades a desastres. Relata sobre o plano diretor de Nova Serrana, elaborado pelo Laboratório de Urbanismo da UFSC, e mostra como diferentes propostas de expansão do perímetro urbano podem gerar diferentes cenários de custos. Informa que quando se amplia o perímetro urbano, deve-se ter cuidado pois deverá ser oferecida toda uma rede de infraestrutura para isso, o que traz impactos para as contas públicas e para a população. Apresenta o que foi considerado pela equipe técnica para definir uma nova proposta para o perímetro urbano e apresenta a nova proposta. Apresenta as duas áreas elencadas para a ampliação do perímetro e as fotos obtidas a partir dos voos de drone feitos pela equipe. Informa que outras áreas deverão ser readequadas no redesenho fino do novo perímetro urbano. Apresenta as estimativas populacionais possíveis para essas novas áreas do perímetro urbano. Explica sobre o conceito de centralidade, em que há maior diversificação de usos e introduz o assunto das centralidades no município a partir da praça Roberto Beppler. Fala sobre a necessidade de oferta de serviços nessas áreas. Apresenta a proposta, que gira em torno de fortalecer três centralidades, sendo a primeira a atual e outras em torno do pórtico do município e da vila Antônio David. Apresenta os critérios sugeridos para essas centralidades, que estão voltados para o desenho urbano de qualidade, boa qualidade de calçadas e passeios, com a presença de fachadas ativas e demais características. Apresenta as potencialidades de cada centralidade, bem como os tipos de equipamentos que poderiam ser inseridos.

Sra. Bárbara David pergunta sobre se já temos definido o que pode ocupar e o que não pode na Vila Antônio David, pergunta sobre as áreas de alagamento e relata que lá nunca alagou.

Geruza explica que essa discussão mais refinada será objeto da terceira oficina, e que os levantamentos sobre áreas de risco devem ser levados em conta para o planejamento urbano. Reforça que a equipe técnica não está diminuindo o perímetro urbano.

Sra. Ceane Boing fala que a preocupação é que as pessoas não vão poder mais construir onde está demarcado como área de risco.

Geruza reforça que a equipe técnica não tem como contestar esses dados, oriundos de levantamento nacional. Arq. Urb. Mariana Panzera, da equipe técnica da UFSC, complementa sobre as diversas áreas de risco existentes no município. Arq. Urb. Lucas Nora, da equipe técnica da UFSC, reforça que já se está considerando as

possibilidades de uso e ocupação desses espaços, o que depende da definição de parâmetros corretos.

Sobre a proposta da equipe técnica para expansão do perímetro urbano, a Sra. Ceane fala que a maior parte da proposta da equipe da UFSC é em terreno da prefeitura. Lucas relembra o ofício encaminhado pela equipe técnica da UFSC para a prefeitura com o pedido de novas informações sobre os terrenos da prefeitura e solicita novamente os dados.

Geruza reforça que com o diálogo entre as equipes e o envio dos dados da prefeitura para a equipe técnica será possível sim refinar a proposta de expansão do perímetro urbano. Reinicia a apresentação e apresenta a situação da mobilidade do município. Mostra as vias estruturais, as vias locais e os principais desafios, desde a mobilidade ativa, com as dificuldades de infraestrutura, e aos outros meios de transporte, principalmente a dificuldade de estabelecer um transporte público no município. Apresenta as estratégias de melhoria urbana sugeridas pela equipe técnica.

Sra Bárbara fala sobre o problema do rebaixamento de meio fio, que ninguém faz em Anitápolis, e que inclusive foi feito um abaixo-assinado sobre o tema.

Geruza concorda com a questão e reforça que é um tema presente em todas as cidades brasileiras, e que pode entrar uma atenção especial ao assunto no plano diretor. Inicia a apresentação sobre a rede de espaços livres, demonstrando as duas dimensões específicas, uma sobre o interesse público para o lazer e outra sobre o interesse público para áreas de preservação ambiental. Apresenta os esquemas elaborados pela equipe técnica com a proposta para a rede de espaços livres de Anitápolis. Inicia a apresentação sobre os temas de turismo e patrimônio cultural, abordando o aumento do turismo e da disponibilidade de hospedagens. Aborda o tema da irregularidade fundiária no município, iniciando com uma explicação sobre os tipos de irregularidades e os locais no município que estão demarcadas no plano diretor vigente: Vila Carara, Vila Rio do Ouro e Vila Antônio David. Afirma que existem diversos instrumentos para lidar com as irregularidades, sejam eles jurídicos, administrativos ou urbanísticos e ambientais. Mostra os exemplos de Angelina, com casos de irregularidade fundiária fora do perímetro urbano.

Prefeita Solange pergunta se adequações podem ser feitas no plano diretor para que a regularização de determinadas áreas seja feita.

Mariana afirma que se essas áreas estiverem inseridas no perímetro urbano não há nenhum constrangimento para a solicitação da regularização fundiária.

Ressalta que há problema caso seja fora do perímetro urbano, por poder gerar pequenos recortes urbanos ao longo do território.

Geruza retoma a apresentação sobre o uso e ocupação rural a partir do Estatuto da Terra e o decreto que o regulamenta, que diz o que pode e o que não pode acontecer em área rural. Relembra sobre o mínimo existente do lote que pode ser parcelado em área rural. Comenta sobre a dificuldade de acesso às áreas rurais e a inserção do município no contexto metropolitano. Apresenta a proposta daquilo que o plano diretor pode viabilizar nas áreas rurais. Introduce a ideia de condomínios rurais e as propostas para a sua implementação, a partir de possíveis critérios para estabelecer condomínios rurais.

Sra. Bárbara fala sobre a questão do esgoto, para não ser direcionado aos rios. Afirma que é necessário despoluir e pensar em alternativas de esgoto na área central.

Geruza retoma a apresentação sobre o último bloco, sobre as políticas setoriais e instâncias participativas. Informa sobre as instâncias de organização entre políticas, planos, estratégias e programas e comenta que assim como no macrozoneamento, existe muita sobreposição entre as estratégias previstas para o município de Anitápolis no plano diretor vigente. Inicia a apresentação das Instâncias Participativas, que devem ser previstas para a participação. Agradece a participação e abre para debates e para as respostas.

Prefeita Solange comenta sobre a expansão para o pórtico, para que não se pegue terrenos produtivos rurais e transforme-os em urbano.

Sra Ceane comenta sobre a necessidade de reavaliar a posição da macrozona ambiental, principalmente na parte do manancial.

Geruza reforça que a definição como ambiental não impede a ocupação ou a definição de qualquer uso.

Prefeita Solange menciona que consertar cem por cento do plano não será possível, mas que será feito um esforço para melhorar.

Mariana fala dos limites do plano e que muito se dá no âmbito da gestão municipal. Sobre a regularização fundiária, diz que a legislação atual federal é muito permissiva e que o município tem bastante ingerência para definir parâmetros construtivos nos processos de regularização.

Com fala final da Prefeita Solange, a Segunda Oficina da Segunda Rodada de Oficinas se encerra às 11h06.

LISTA DE PRESENÇA

Qnt	Nome	Bairro	Entidade
1	Bárbara David de Pieri	Vila Antônio David	-
2	Solange Back	Centro	Prefeita
3	Albertina Hahn	Centro	Núcleo Gestor
4	Ceane de A. C. Boing	Centro	Prefeitura
5	Letícia Ribeiro dos Santos	Centro	Prefeitura

Equipe UFSC

Qnt	Nome	Atividade
1	Geruza Kretzer	Apresentação
2	Mariana Panzera	Auxílio dinâmica
3	Lucas Nora	Auxílio dinâmica
4	Mariana Marcelino	Auxílio dinâmica
5	Gabriel Querne	Elaboração da ata

ANEXO 03 - APRESENTAÇÃO SEGUNDA RODADA DE OFICINAS

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ANITÁPOLIS

Participa Anita

2ª OFICINA

03 e 06

abril
2024



plano diretor

É o principal instrumento da política urbana e tem como objetivo **ordenar o crescimento das cidades** para que seja garantida uma boa qualidade de vida a todos.

Seus princípios e regras devem promover o diálogo entre os aspectos físicos e os objetivos sociais, econômicos e ambientais em todo o território do município.

quem são e como se organizam as instituições no processo?



+



+



objetivo e organização

objetivo da oficina

Apresentação dos Diretrizes e Eixos Estratégicos

organização

- pacto de convivência
- apresentação do processo e cronograma
- apresentação dos temas com dinâmica das fichas
- dúvidas e sugestões



pacto de convivência

direitos

- manifestar opiniões sobre assuntos tratados no âmbito da pauta da Oficina
- formular e debater questões pertinentes ao tema da Oficina

deveres

- respeitar o pacto de convivência
- respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição
- tratar com respeito e civilidade os participantes da Oficina e seus organizadores
- preencher a lista de participantes



pacto de convivência

manifestações

- orais ou por escrito
- manifestação oral: solicitar inscrição aos secretários
- **a manifestação oral será de até 02 minutos, prorrogáveis por mais 01 minuto**
- a equipe técnica utilizará o tempo adequado para responder às perguntas dos participantes



metodologia e regras do jogo



metodologia e cronograma



Cronograma

ABRIL / 2024						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
31	01	02	03	04	05	06
07	08	09	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	01	02	03	04

03 e 06/04

Realização da Segunda Rodada de Oficinas Diretrizes e Eixos Estratégicos

Leitura comunitária + Leitura técnica = Leitura da cidade



<https://participaanita.sites.ufsc.br/biblioteca/>



Leitura da Cidade Temas estruturantes



TEMAS

BLOCO 01

- Macrozoneamento ●●
- Perímetro urbano e condicionantes ambientais ●●
- Centralidades ●●

BLOCO 02

- Mobilidade ●
- Redes de Espaços Livres ●●●●●
- Turismo ●●●●
- Patrimônio ●●

BLOCO 03

- Irregularidade fundiária ●●●●
- Possibilidades para uso e ocupação rural ●●●

BLOCO 04

- Políticas Setoriais ●
- Instâncias Participativas ●



Fichas de Manifestação

A dinâmica das fichas acontecerá a cada Bloco da seguinte forma:

- Apresentação dos temas e conteúdos;
- Indicação das diretrizes e estratégias propostas;
- Preenchimento da ficha com a avaliação do nível de importância da afirmação apresentada;

1	2	3	4	5
			X	
pouco importante				muito importante

Revisão do Plano Diretor de Anitápolis

Assinale a opção pelo nível de importância.



BLOCO 01

Por favor, pontue o nível de importância das afirmações propostas para o Município, de 1 a 5, sendo 1 Pouco importante para o Município e 5 Muito importante para o Município.

MACROZONEAMENTO

O plano diretor deve considerar três macrozonas principais (urbana, ambiental e rural), com diretrizes adequadas a cada uma delas.

pouco importante			muito importante	
1	2	3	4	5

Se preferir, adicione um comentário:

PERÍMETRO URBANO, ÁREAS DE RISCO E CENTRALIDADE

O plano diretor deve qualificar a centralidade existente e propor novas centralidades, orientando o crescimento urbano para áreas com menor risco ambiental.

pouco importante			muito importante	
1	2	3	4	5

Se preferir, adicione um comentário:

PRINCÍPIOS

1. Equilíbrio socioambiental;
2. Gestão democrática da cidade;
3. Desenvolvimento econômico e social;
4. Pleno acesso aos equipamentos e serviços urbanos;
5. Uso e ocupação de áreas ambientalmente seguras;
6. Função social da cidade e da propriedade urbana;
7. Promoção da qualidade de vida nas áreas rurais e urbanas.



BLOCO 1

Macrozoneamento

Perímetro urbano e Condicionantes Ambientais

Centralidades



Macrozoneamento

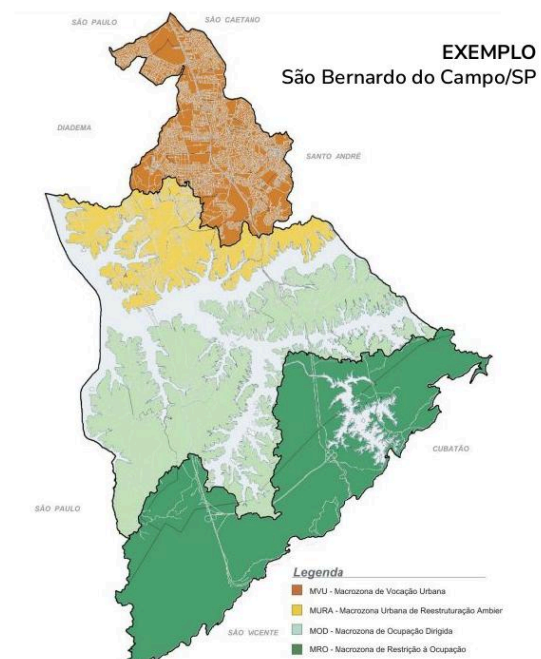


Macrozoneamento

O que é?

Dividem o território conforme as características de ocupação e de uso do solo de forma a orientar os objetivos, as estratégias e as ações relacionadas com a política de planejamento e gestão territorial e urbanística.

A delimitação das macrozonas também define o perímetro urbano.



Macrozoneamento

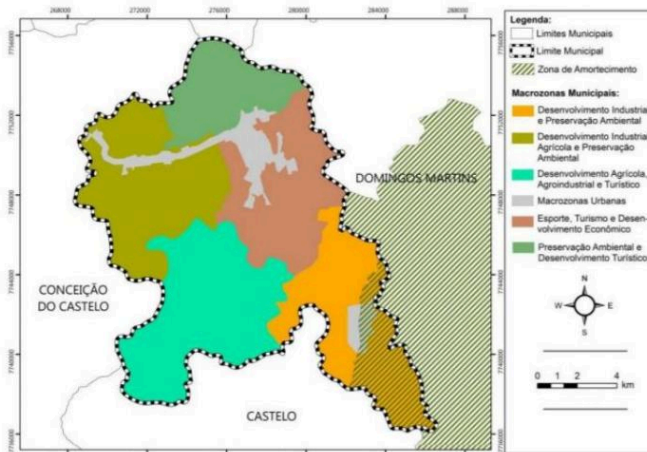


Critérios para delimitação

- Dinâmica demográfica e socioeconômica
- Capacidade de infraestrutura e as condições do meio físico
- Necessidades de preservação ambiental e do patrimônio histórico
- Características de uso e ocupação existentes.



Macrozoneamento



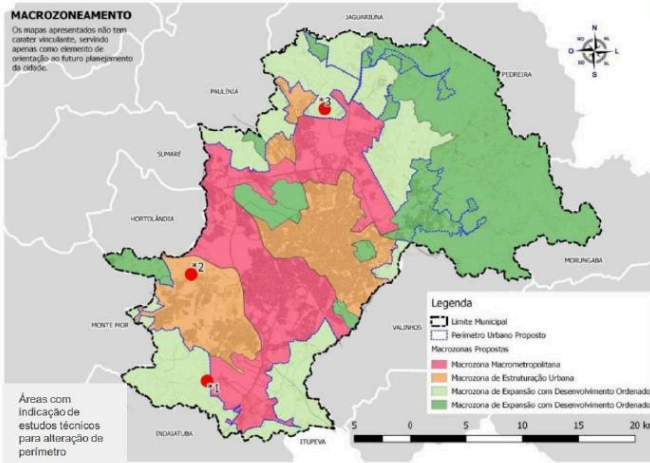
Exemplos de Macrozona Rural

Principais características

- Proteger a flora, fauna, recursos hídricos e paisagem natural, garantindo qualidade ambiental;
- Promover usos sustentáveis e incentivar o desenvolvimento de lazer, ecoturismo, agroecologia e produção orgânica;
- Coibir a irregularidade fundiária e a conformação de núcleos de ocupação informais
- Diversificação de atividades econômicas compatíveis com as condicionantes ambientais



Macrozoneamento



Exemplo Campinas / SP

Macrozona Urbana

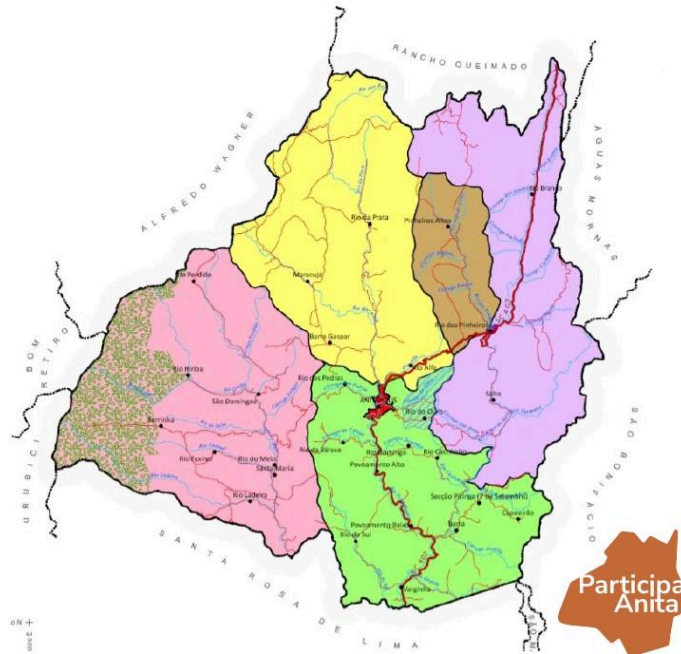
Principais características

- Fomentar centralidades atreladas às estruturas de mobilidade
- Incentivar a ocupação de vazios urbanos
- Qualificar e ampliar a oferta de áreas públicas e de lazer
- Viabilizar maior integração urbana
- Promover a conservação, preservação e recuperação ambiental



Macrozoneamento atual do PDP Anitápolis

- Macrozona Urbana
- Macrozona do Maracujá
- Macrozona da Mineração
- Macrozona do Rio do Meio
- Macrozona do Povoamento
- Macrozona do Braço do Norte
- Área de Preservação Permanente do Campo dos Padres
- Área de Preservação de Manancial do Córrego do Ouro
- Área Especial de Interesse Urbanístico e Econômico
- Área Especial de Interesse Comercial e Industrial



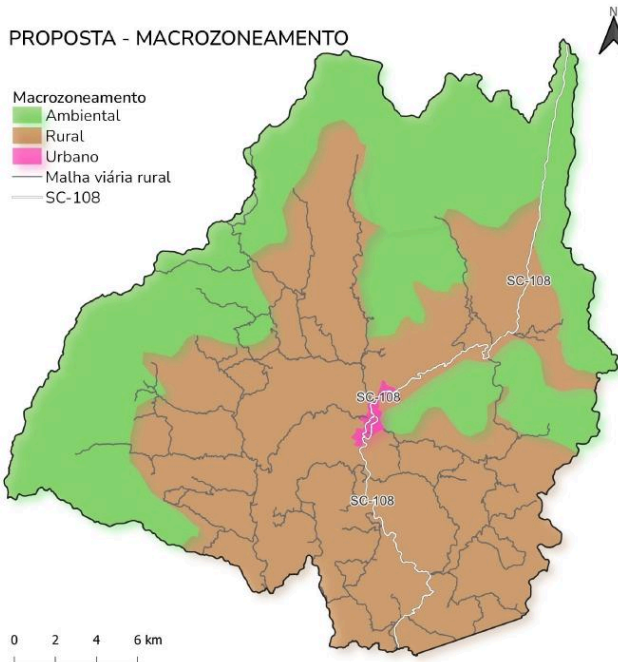
Macrozoneamento

Características Macrozoneamento PDP Anitápolis

Características	URBANA	RIO DO MEIO	MARACUJÁ	POVOAMENTO	BRAÇO DO NORTE	MINERAÇÃO
Densidade Populacional	relativamente alta	baixa	baixa	baixa	baixa	-
Questão Ambiental	possui conflitos ambientais	possui conflitos ambientais	possui conflitos ambientais	possui conflitos ambientais	possui conflitos ambientais	possui conflitos ambientais
Equipamentos Comunitários	concentra os equipamentos comunitários	carente em equipamentos comunitários	carente em equipamentos comunitários	carente em equipamentos comunitários	carente em equipamentos comunitários	-
Atividades Econômicas	comércio e serviços	atividades baseadas na agropecuária	atividades baseadas na agropecuária	atividades baseadas na agropecuária	atividades baseadas na agropecuária	atividades baseadas na mineração
Sistema Viário	poucas vias possuem pavimentação e calçadas para pedestres	sistema viário precário	sistema viário precário	sistema viário precário	sistema viário precário	-
Patrimônio	possui relevante patrimônio histórico e cultural	possui relevante patrimônio natural e paisagístico	possui relevante patrimônio histórico	possui relevante patrimônio histórico e cultural	possui relevante patrimônio histórico e cultural	-

PROPOSTA - MACROZONEAMENTO

Macrozoneamento
 Ambiental
 Rural
 Urbano
 Malha viária rural
 SC-108



Proposta

- **Macrozona Ambiental:** concentração de áreas de proteção ambiental (nascentes, cursos d'água, morros, unidades de conservação).
- **Macrozona Rural:** situada fora do perímetro urbano, onde há predominância de atividades rurais e à proteção ambiental.
- **Macrozona Urbana:** porção urbanizada do território da Sede do Município, apresenta diferentes graus de ocupação e infra-estrutura urbana.



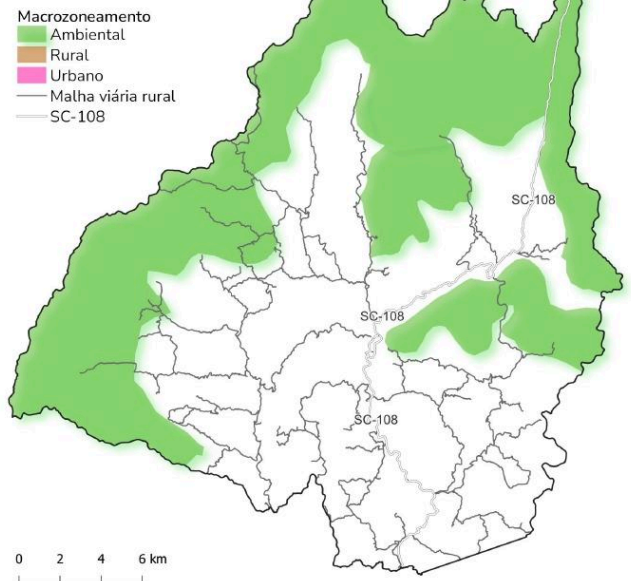
OBJETIVOS

Macrozona Ambiental

- Garantir a proteção e recuperação ambiental;
- Fomentar iniciativas e ações de preservação e conservação dos ecossistemas e da paisagem;
- Fortalecer os corredores ecológicos;
- Promover o desenvolvimento de usos e manejos sustentáveis.



PROPOSTA - MACROZONEAMENTO

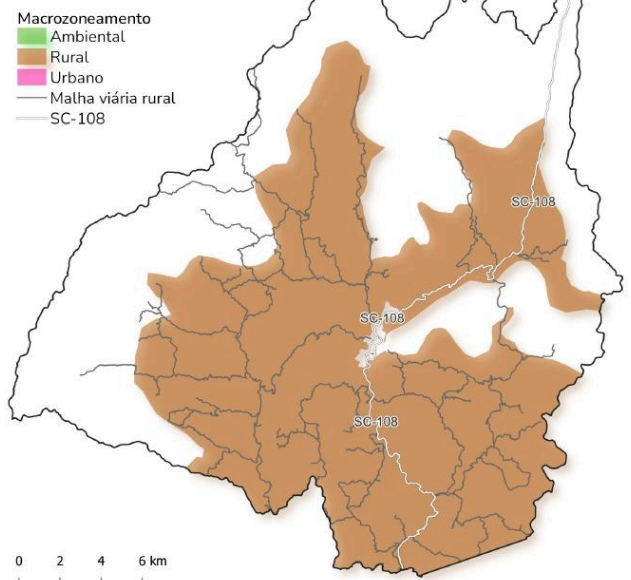


OBJETIVOS

Macrozona Rural

- Fortalecer as atividades rurais e permanência no campo;
- Promover a diversificação das atividades econômicas, compatíveis com as condicionantes ambientais;
- Incentivar a preservação do patrimônio histórico em associação com o potencial turístico;
- Proteger integralmente a flora, fauna, recursos hídricos e paisagem natural, garantindo qualidade ambiental;
- Promover uso sustentável e incentivar o desenvolvimento de lazer, ecoturismo, agroecologia e produção orgânica;
- Melhorar o sistema viário para escoamento da produção e transporte escolar.

PROPOSTA - MACROZONEAMENTO

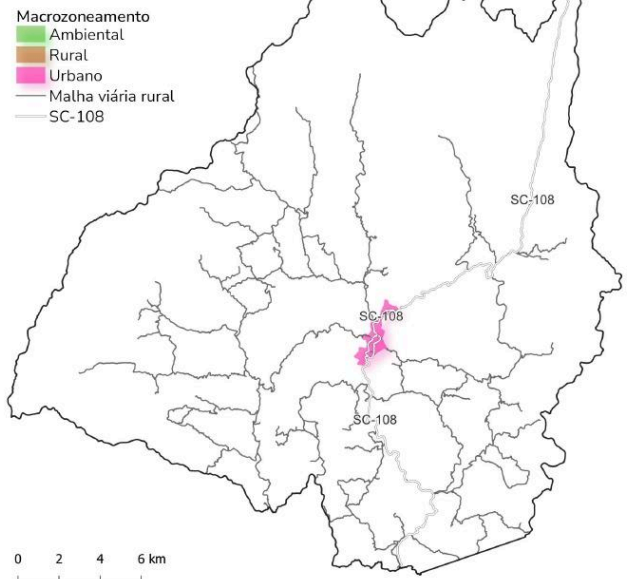


OBJETIVOS

Macrozona Urbana

- Promover a qualificação urbanística das áreas urbanizadas;
- Incentivar o adensamento moderado da ocupação urbana nas áreas com infraestrutura, condições ambientais adequadas;
- Promover a diversificação das atividades econômicas, compatíveis com as condicionantes ambientais;
- Promover a regularização fundiária;
- Preservar os rios e suas margens;
- Melhorar e equipar o sistema viário e de mobilidade urbana;
- Incentivar a ocupação dos terrenos subutilizados em áreas com infraestrutura;
- Ampliar e melhorar as infraestruturas de saneamento básico.

PROPOSTA - MACROZONEAMENTO



MACROZONEAMENTO

O plano diretor deve considerar três macrozonas principais (urbana, ambiental e rural), com diretrizes adequadas a cada uma delas.

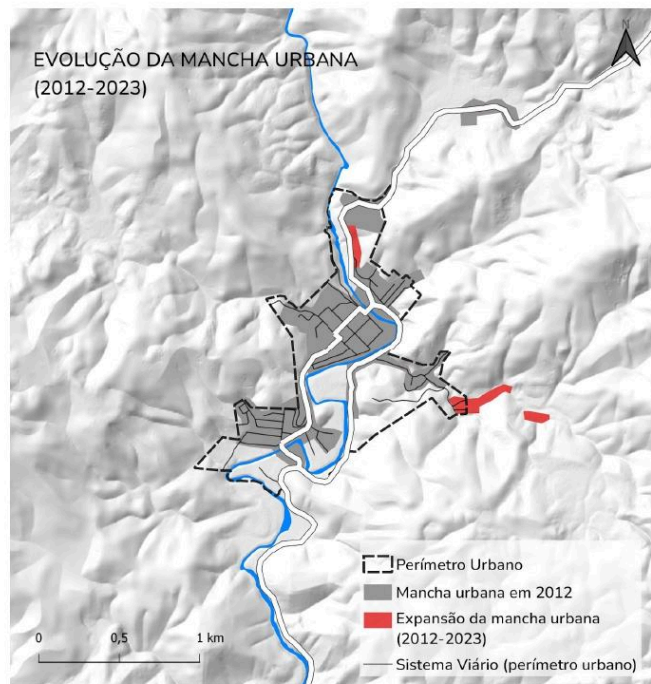


Perímetro Urbano e Condicionantes Ambientais



Perímetro urbano

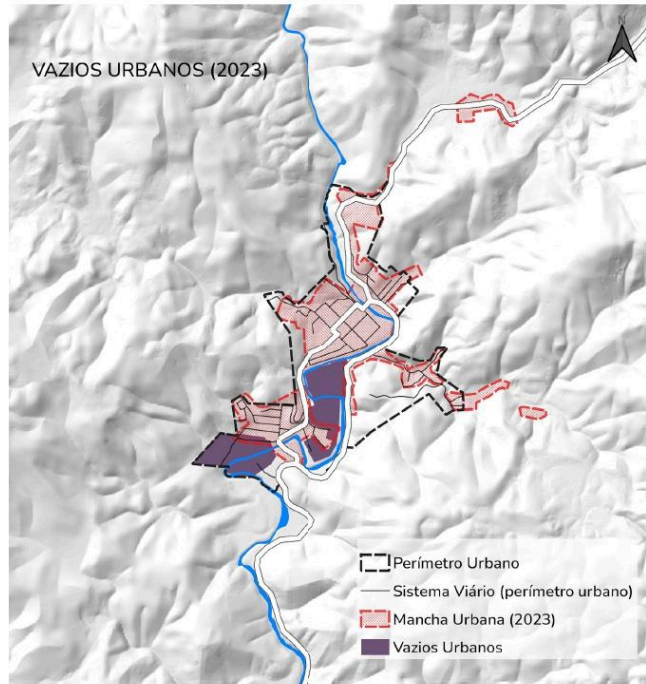
A **Macrozona Urbana** define o perímetro urbano, sendo a área urbana do Município, em que é possível realizar ao parcelamento do solo urbano.



Perímetro urbano

O atual perímetro apresenta algumas características:

- Perímetro urbano com poucas áreas de expansão
- Consideráveis vazios urbanos;
- Demarcado em área consolidada propensa a desastres ambientais e com suscetibilidade;
- Ocupação que margeia a SC principal e a calha do Rio Tubarão.

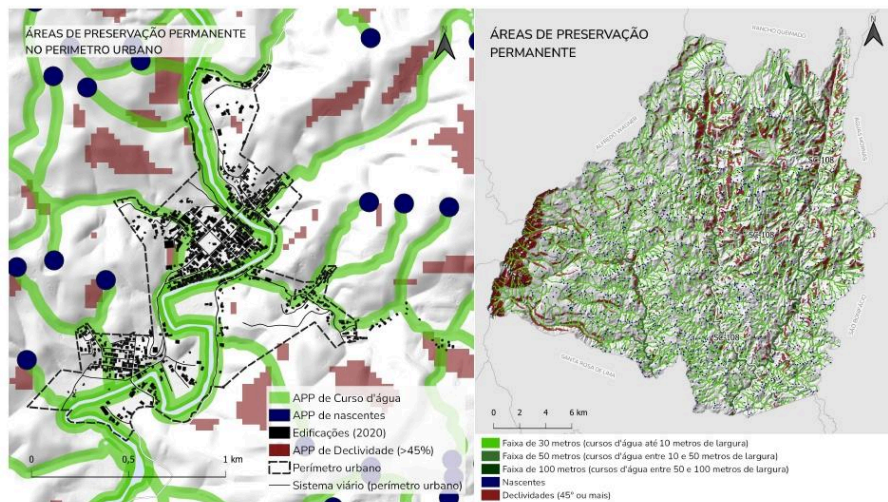


Perímetro urbano

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

- A distribuição das APPs de declividade, cursos d'água e nascentes, evidencia a grande quantidade de **áreas a serem protegidas**.

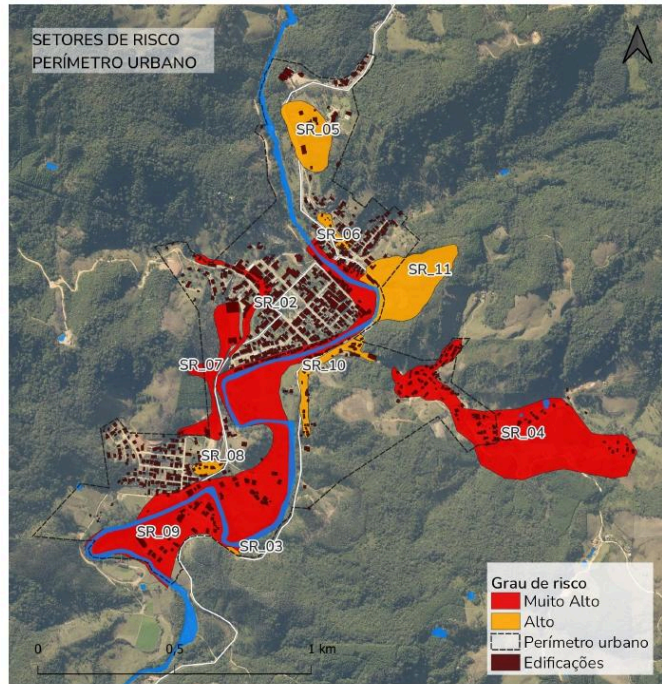
- Destaca-se as áreas de **preservação próxima aos rios e nascentes**, que devem seguir a Lei Federal nº12.651/2012.



Perímetro urbano

SETORES DE RISCO NO PERÍMETRO URBANO

- Existência de áreas com **alta suscetibilidade e risco muito alto para movimentos de massa no perímetro urbano;**
- **33,8% do perímetro urbano** encontra-se em alguma área suscetível a desastres;
- **278 edificações** encontram-se dentro de algum dos 10 setores de risco existentes na área central.

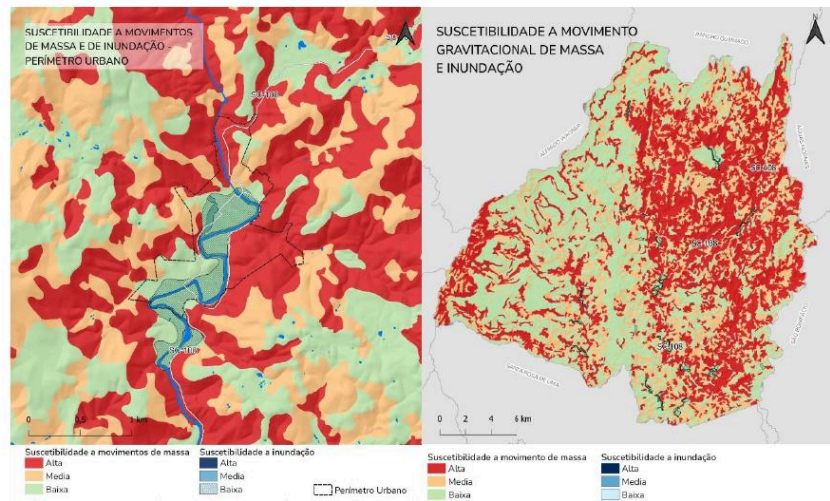


Perímetro urbano



ÁREAS DE SUSCETIBILIDADE A MOVIMENTOS DE MASSA E INUNDAÇÕES

- A áreas de suscetibilidade são regiões que apresentam **possibilidade da ocorrência de desastres**, que podem ser intensificados com a ocupação urbana;
- O entorno do **perímetro urbano** está restrito a poucas áreas de **baixa suscetibilidade**.



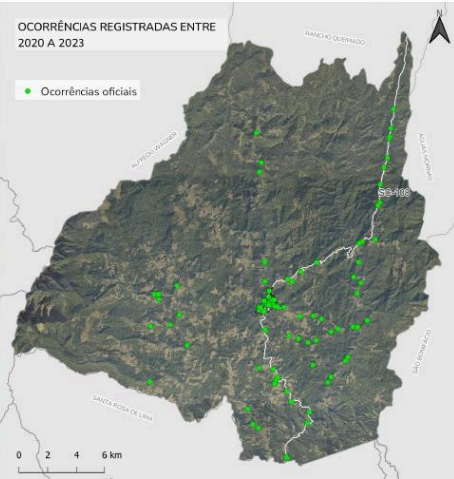
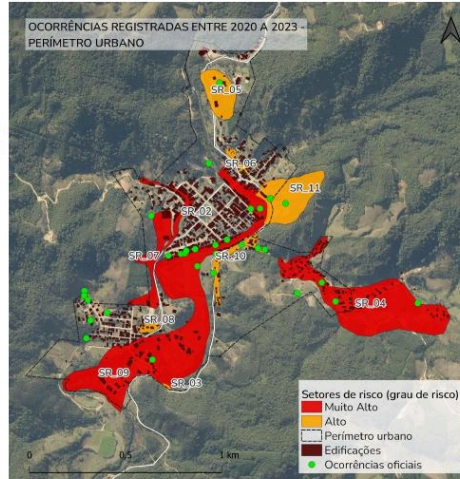
Perímetro urbano



OCORRÊNCIA DE DESASTRES

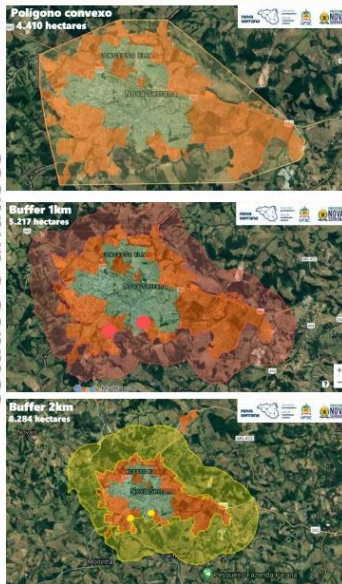
- Entre 2020 e 2023 uma série de **desastres associados a inundações e deslizamentos** foram registrados no perímetro urbano.

- Somam ao todo **29 ocorrências**.

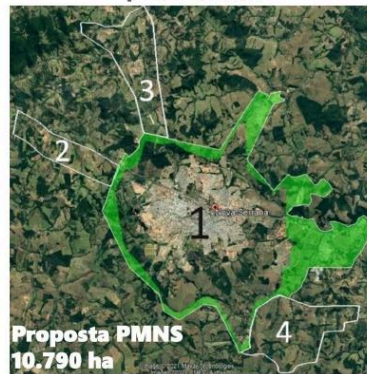


Perímetro urbano - Custos de urbanização

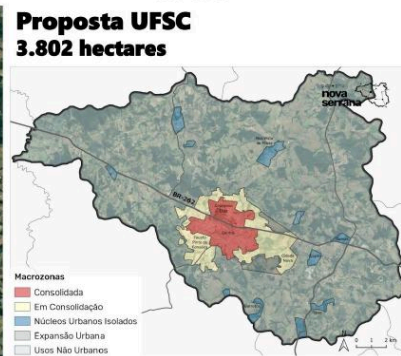
estudos e análises



proposta prefeitura



proposta UFSC



Perímetro urbano - Custos de urbanização Exemplo Nova Serrana

Alternativas	Nova área urbanizada (ha)	75 hab/hectare	100 hab/hectare	150 hab/hectare	300 hab/hectare	600 hab/hectare
Custo da Urbanização (2020)		R\$ 754.535,06	R\$ 771.048,47	R\$ 779.255,11	R\$ 893.747,68	R\$ 971.903,46
Proposta UFSC	340,91	R\$ 257.228.546,50	R\$ 262.858.132,71	R\$ 265.655.860,19	R\$ 304.687.519,99	R\$ 331.331.607,87
Proposta PMNS	8036	R\$ 6.063.443.723,20	R\$ 6.196.145.476,63	R\$ 6.262.094.079,07	R\$ 7.182.156.318,87	R\$ 7.810.216.188,49
Dobrando área urbana consolidada	1.040	R\$ 784.716.459,95	R\$ 801.890.405,14	R\$ 810.425.316,36	R\$ 929.497.582,33	R\$ 1.010.779.596,32
Dobrando área em consolidação	2.163	R\$ 1.632.059.329,68	R\$ 1.667.777.833,00	R\$ 1.685.528.807,00	R\$ 1.933.176.221,72	R\$ 2.102.227.179,65
Polígono convexo	1.207	R\$ 910.723.814,57	R\$ 930.655.499,04	R\$ 940.560.920,04	R\$ 1.078.753.444,11	R\$ 1.173.087.473,81
Buffer 1km	3.477	R\$ 2.623.518.395,41	R\$ 2.680.935.517,95	R\$ 2.709.470.024,01	R\$ 3.107.560.667,09	R\$ 3.379.308.323,47
Buffer 2km	6.532	R\$ 4.928.622.996,50	R\$ 5.036.488.583,05	R\$ 5.090.094.390,80	R\$ 5.837.959.815,19	R\$ 6.348.473.387,66

- Orçamento municipal anual (2019): 233 milhões
- Representa 26 anos de todo o orçamento municipal.
- Não considera: custo para equipamentos de saúde, educação, lazer, manutenção, iluminação pública, serviços de coleta de lixo, etc.
- Proposta da PMNS é 24x mais cara.

Metodologia delimitação do perímetro urbano

O QUE PRECISA SER CONSIDERADO PARA DELIMITAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO?

A caracterização das condicionantes ambientais são **fundamentais** para a definição e análise do perímetro urbano, possibilitando a ocupação em áreas sem risco de desastres e sem restrições ambientais.



Carta de Suscetibilidades a Movimentos de massa e inundações

Áreas de Preservação Permanentes - APPs

Áreas de alta declividade

Áreas de Risco

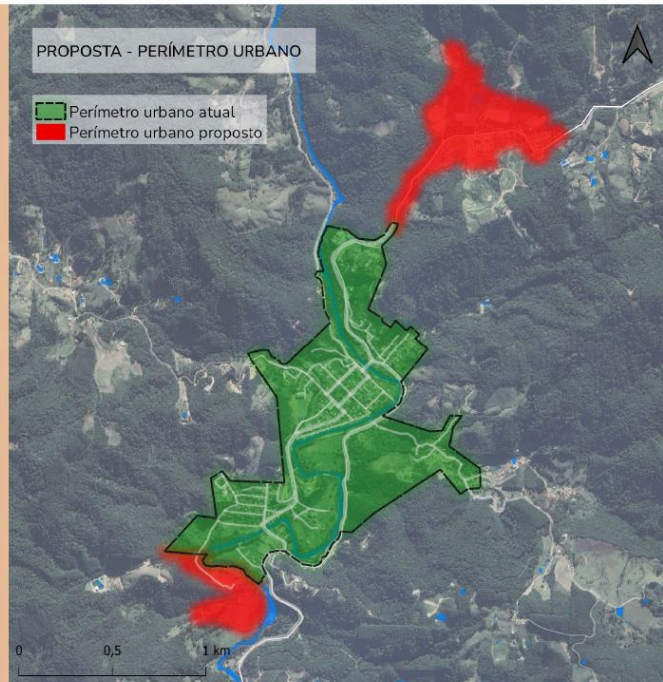
Ocorrência de Desastres

Sugestão de Ampliação do Perímetro urbano

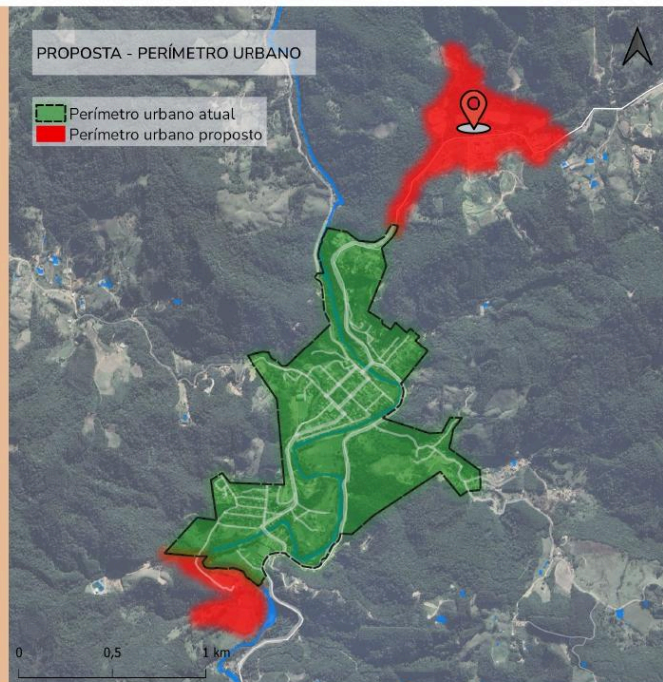
Aspectos considerados para delimitação (além das condicionantes ambientais):

Contemplando:

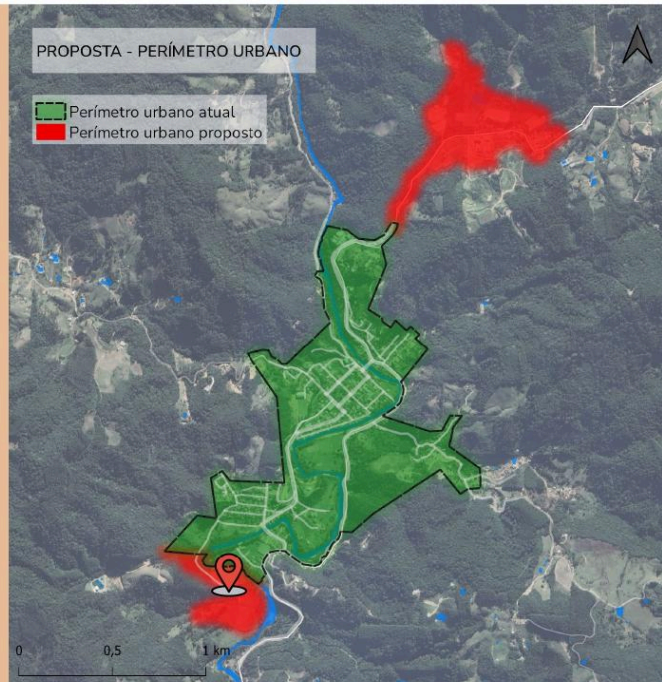
- centralidades urbanas;
- concentração de edificações;
- via alternativa de conexão pelo sul;
- área para desenvolvimento empresarial,
- indústrias de pequeno porte e baixo impacto próximas do perímetro;
- custos de urbanização;
- conexões entre as centralidades.



Levantamento com drone Área de Ampliação Proposta



Levantamento com drone Área de Ampliação Proposta

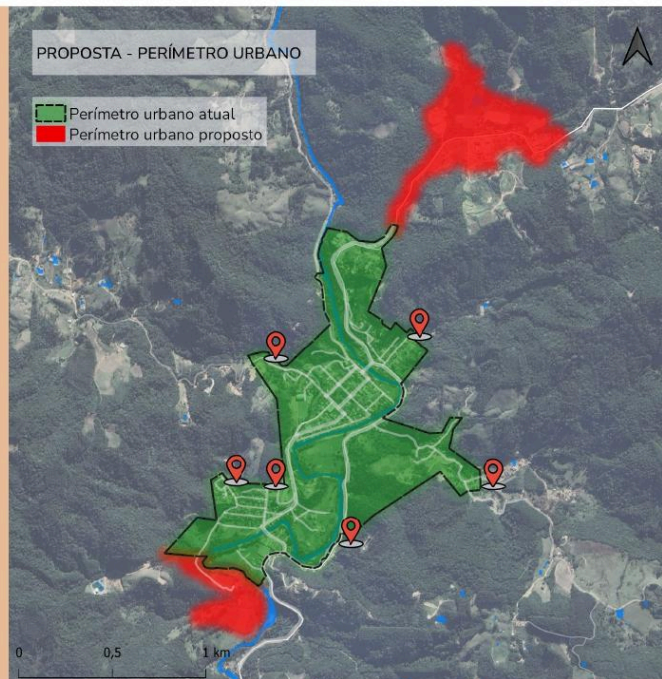


Sugestão de readequação do perímetro urbano atual

Regiões em que há irregularidades no limite do perímetro urbano;

Observações:

- Sobreposição do limite sobre edificações;
- Lotes cortados no meio pelo limite;
- Locais com relevante crescimento urbano fora do perímetro urbano atual;
- **Análise** das possibilidade de readequação de áreas e inserção delas ao perímetro urbano.



Levantamento com drone

Área em Análise

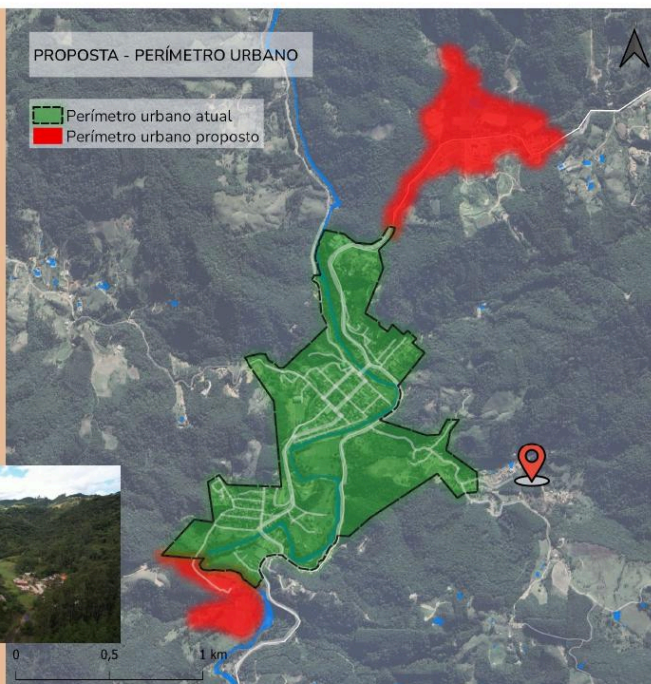
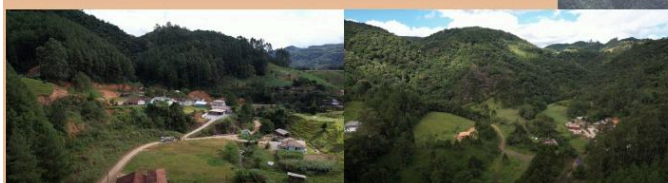
Região em que há irregularidades no limite do perímetro urbano associada a área de suscetibilidade

Observações:

- Área em processo de consolidação;
- Fora do perímetro urbano;

Conflitos ambientais:

- Suscetibilidade associada
- Área do Manancial.



Estimativa populacional do perímetro



Considerando...

- Área bruta disponível para novas ocupações (ha): 17,9
- Porcentagem de urbanização: 35%
- Porcentagem de uso não residencial estimado: 10%
- Estimativa de 2,7 pessoas por unidade residencial
- Cálculo aproximado considerando casas unifamiliares

ESTIMATIVA NAS ÁREAS DE AMPLIAÇÃO DO PERÍMETRO

Aprox.

1.500 pessoas

Centralidade



Centralidades

O que é?

Uma área urbana acessível com concentração diversificada de emprego, comércio, serviços públicos e privados, habitação e equipamentos de cultura e lazer.



Fonte: Macedo et al. (2018, p. 17)1

Sistema de centros de cidadania

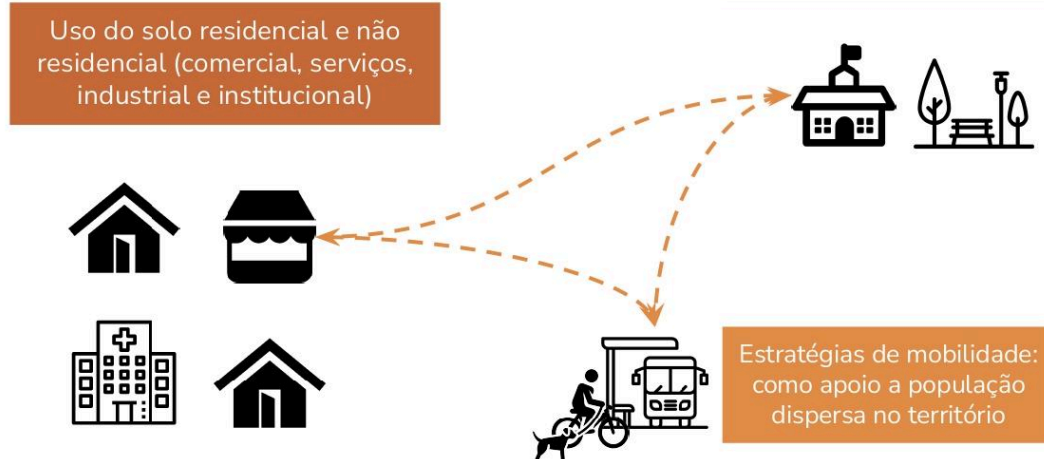
Praça Roberto Beppler



Centralidades e Monofuncionalidade



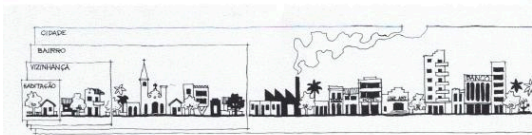
Centralidades



Centralidades e Equipamentos

O que podem conter?

1. Educação básica
2. Saúde básica
3. Espaços públicos/lazer/cultura
4. Incentivo ao comércio local
5. Suporte ao cidadão



Distribuição dos equipamentos segundo escalas urbanas e agentes de implantação

agente				equipamentos	escalas urbanas		
privado	público				vizinhança	bairro	cidade
P	M	E	F	Creche	•		
P	M	E	F	Pré-escolar	•		
P	M	E		Escola de 1º grau	•		
P	M	E	F	Escola de 2º grau		•	•
P	M	E	F	Centro de ação social		•	•
P	M	E	F	Postos de saúde e hospital		•	•
	M			Praças e áreas verdes	•	•	•
	M	E		Parques			•
	M	E	F	Reserva florestal			•
P	M			Cemitério			•
P	M			Mercado		•	
P	M	E		Matadouro			•
	E			Corpo de Bombeiros			•
	E			Posto policial			•
	E			Posto telefónico			•
		F		Correios e telégrafos			•
P	M	E		Rodoviana			•
	M	E	F	Edifícios públicos adm.		•	•
	M	E		Instal. de infra-estrutura			•

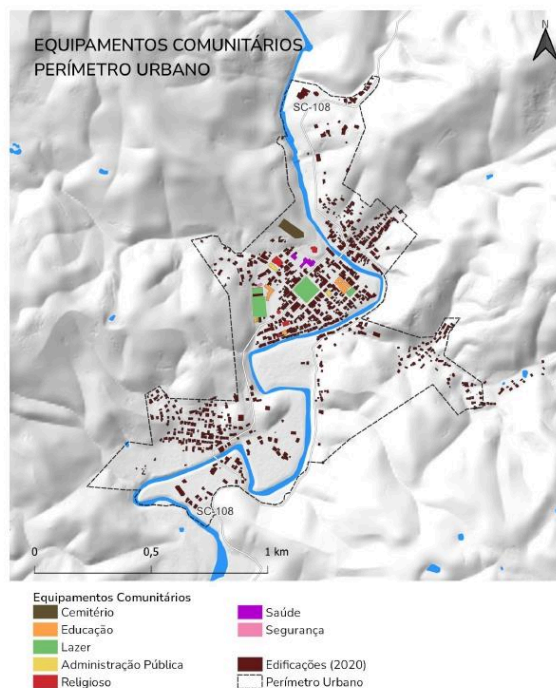
Centralidades e Equipamentos

Distribuição no Centro

De maneira geral, é bem abastecido de equipamentos urbanos. É a sede da Prefeitura Municipal e possui uma creche, uma escola de ensino fundamental e uma de ensino médio. Além disso, conta com uma UBS, um hospital somada a equipamentos de lazer e religião.

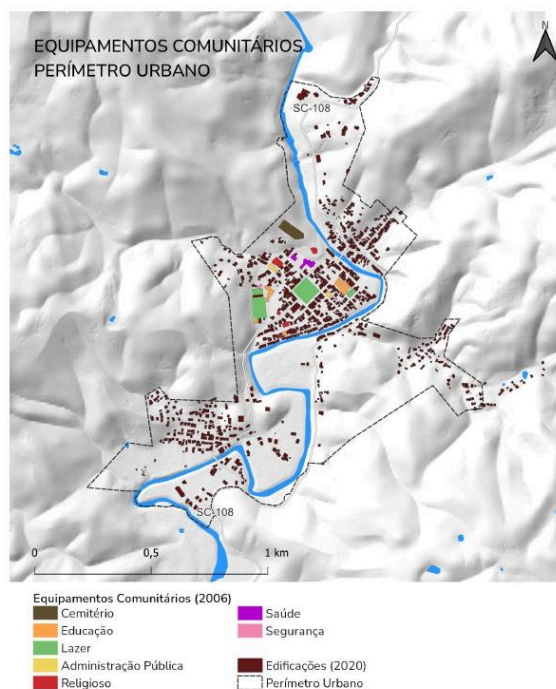
Expansão Área urbana Central

Oferta de equipamentos urbanos e sociais

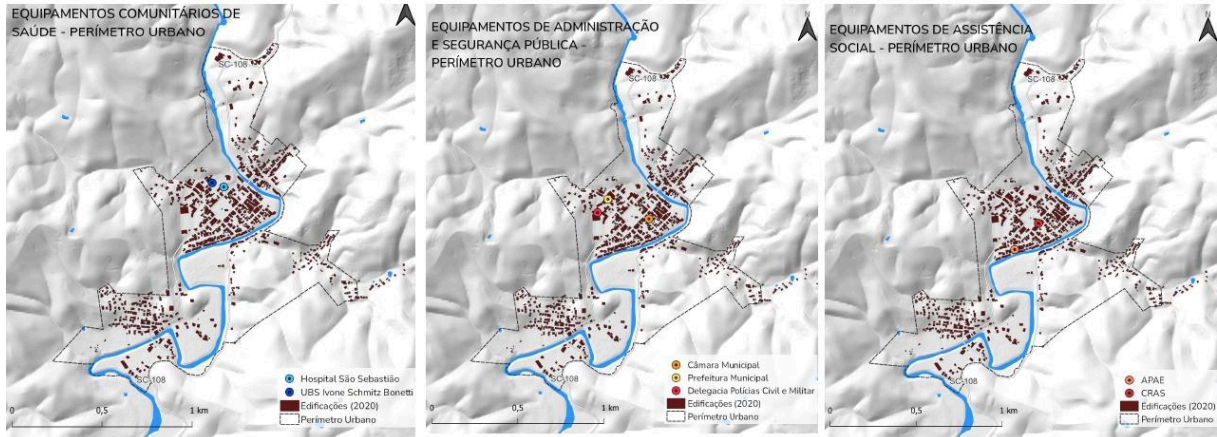


Equipamentos comunitários

- A população moradora das áreas rurais em Anitápolis **precisa percorrer grandes distâncias para acessar os serviços públicos e os equipamentos comunitários**, em uma relação de alta dependência do perímetro urbano.
- Existe **apenas uma escola de ensino médio para todo o município**;
- Não existe equipamento de ensino técnico ou superior
- Unigran - Centro Universitário da Grande Dourados, que oferece alguns cursos de ensino superior na modalidade a distância (EAD)



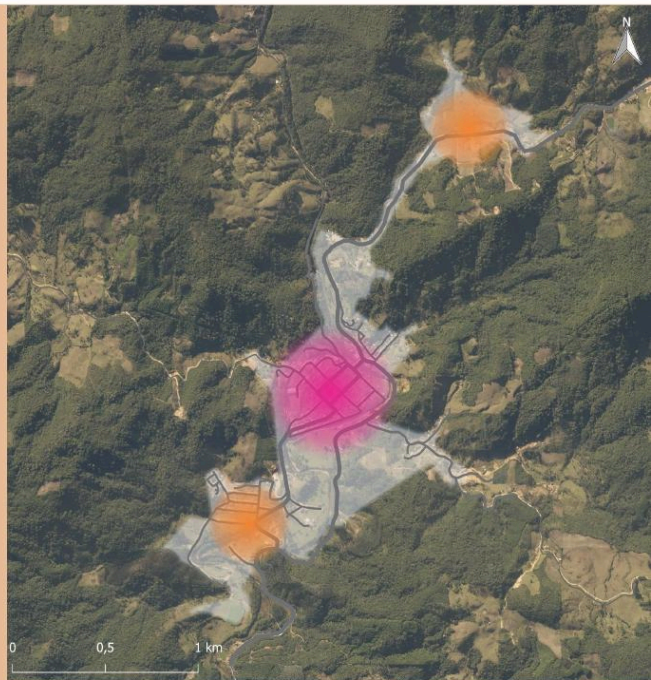
Equipamentos comunitários



Fomento à centralidades

Objetivos

- Promover a **densificação moderada** nas áreas dotadas de infraestruturas;
- Promover o **uso misto** de modo a criar ambientes urbanos vibrantes, com menor dependência dos automóveis e promotoras dos deslocamentos ativos;
- Incentivar as **fachadas ativas** em determinadas vias, para haver a promoção da segurança e vigilância natural;
- Priorizar um **desenho urbano de qualidade**, com espaço adequado para a circulação dos pedestres e ciclistas e com garantia de acessibilidade universal;
- **Desincentivar o uso do transporte individual motorizado**;
- Ocupar áreas de vazios urbanos;
- Controlar o crescimento linear.





Centralidades

Centro

O que já tem?

- Comércio diversificado
- Equip. de educação
- UBS
- Equip. de lazer (praça)
- Igreja Matriz e Cemitério
- Equip. institucionais
- Posto policial
- Patrimônio material e natural
- Rotas de cicloturismo

O que falta?

- Novos equipamentos na expansão urbana

Vila Antônia David

O que já tem?

- Rotas de Cicloturismo

O que falta?

- Praça
- UBS
- Equip. de lazer (praça)
- Centro de educação infantil
- Escola de Ensino Básico

Pórtico Turístico

O que já tem?

- Rotas de Cicloturismo
- Pórtico Turístico

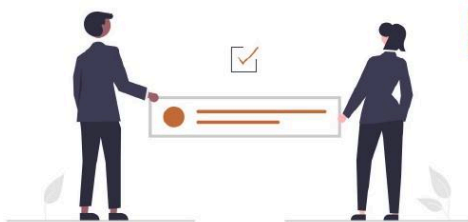
O que falta?

- Praça
- UBS
- Equip. de lazer (praça)
- Centro de educação infantil
- Escola de Ensino Básico
-

Usos

Centro	 RESIDENCIAL	 COMERCIAL	 SERVIÇOS	
Vila Antônio David	 RESIDENCIAL	 COMERCIAL	 SERVIÇOS	
Pórtico Turístico	 RESIDENCIAL	 COMERCIAL	 SERVIÇOS	 INDUSTRIAL

PERÍMETRO URBANO, CONDICIONANTES AMBIENTAIS E CENTRALIDADE



O plano diretor deve qualificar a centralidade existente e propor novas centralidades, orientando o crescimento urbano para áreas com menor risco ambiental.

BLOCO 2

Mobilidade
Redes de Espaços Livres
Turismo
Patrimônio
Área rural



Mobilidade



Mobilidade no contexto de Anitápolis

1) Integração de uso do solo e transporte

2) Estímulo ao transporte não-motorizado

3) Desestímulo ao uso do automóvel

=

CONTRIBUIÇÃO DO TRANSPORTE PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL

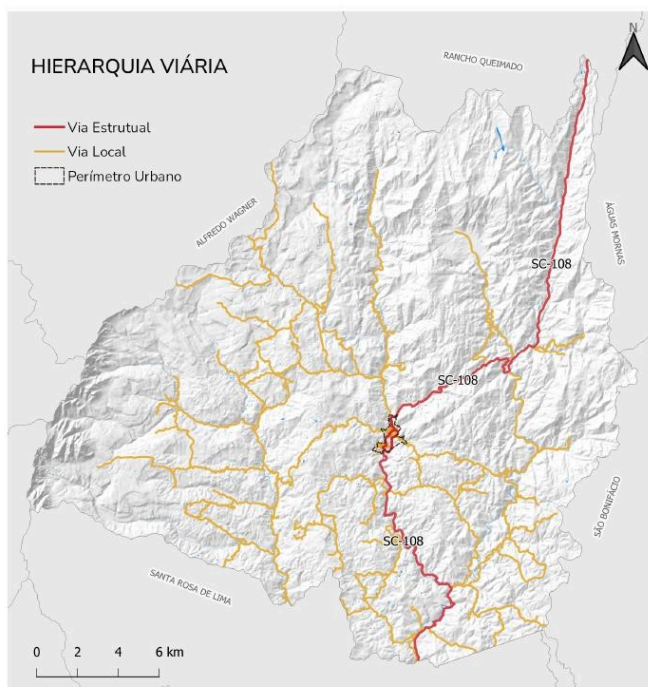


Mobilidade Urbana

- A hierarquia das vias é estabelecida por uma Lei Complementar

- A SC-108 conforma a via arterial ou estrutural do município, fazendo a ligação do território com as cidades vizinhas, além da conexão interna da comunidade.

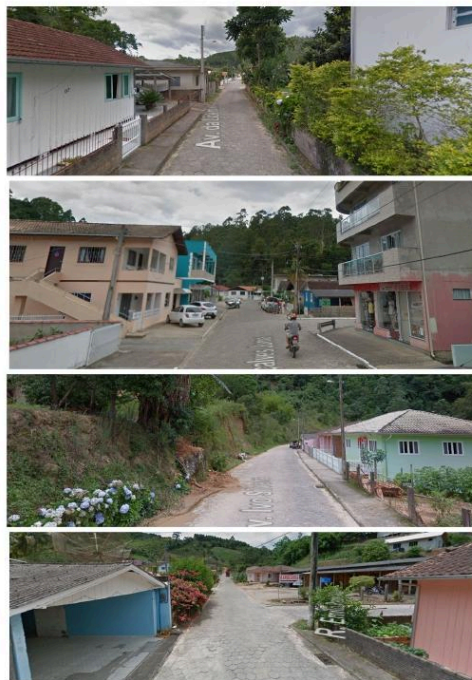
- Também há uma estrada também classificada como arterial que contorna uma parte do perímetro urbano e é denominada como Av. Ivo Silveira, R. Povoamento e Estrada para Tubarão, não apresentando pavimentação em quase toda sua totalidade



Mobilidade Urbana

Principais desafios para a mobilidade dos pedestres no município:

- Extensos trechos sem calçada ou com calçada apenas de um lado da via;
- Descontinuidade das calçadas;
- Precariedade e falta de manutenção das calçadas;
- Pouca ou nenhuma arborização;
- Calçadas estreitas;
- Calçadas fora dos padrões das normas de acessibilidade;
- Obstáculos (placas e postes) presentes no meio da calçada.



Mobilidade Urbana Leitura Técnica

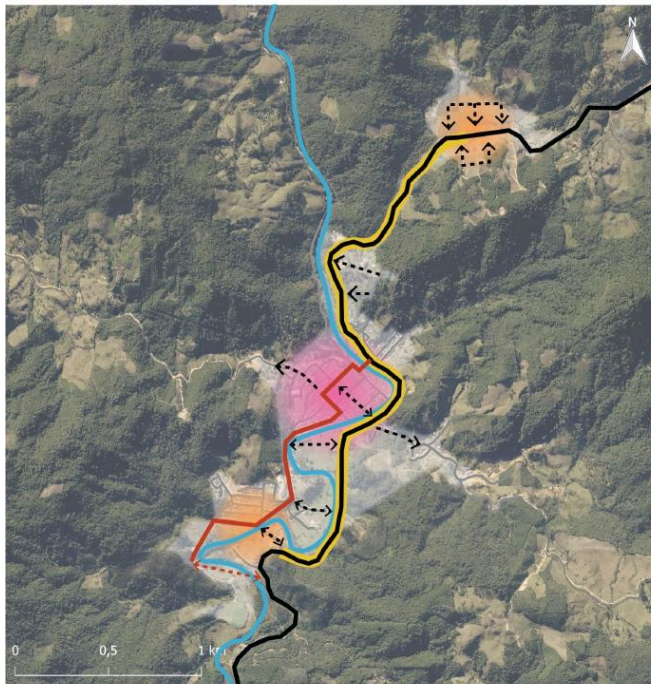
Outros meios de transporte:

- Falta de infraestrutura adequada para a circulação dos ciclistas;
- Falta de rede de transporte público municipal;
- O município não apresenta terminal rodoviário e não possui linha de conexão intermunicipal, que conecta o município a outros do entorno ou região;
- Possui linhas de transporte escolar que interligam as mais variadas localidades às escolas estaduais e municipais localizadas na Área Territorial do Centro.



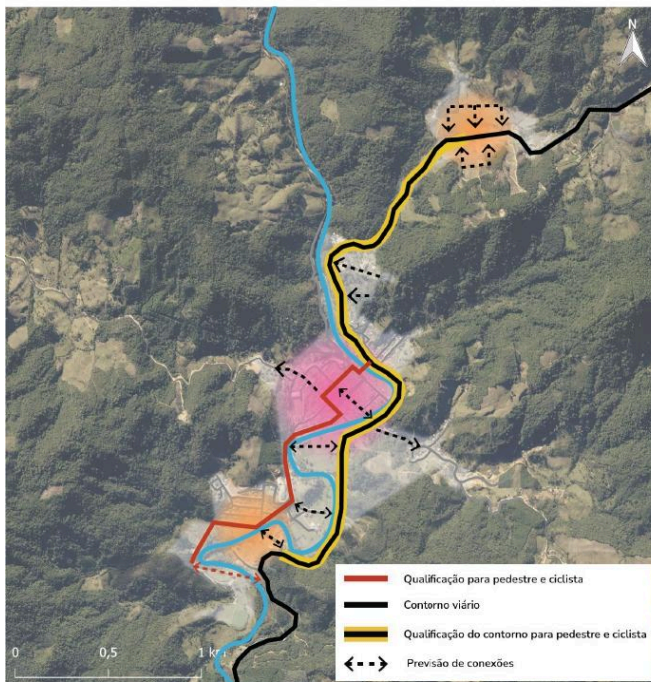
Transporte Escolar - Anitápolis/SC			
Localidades	Período	Dias	Observações
Povoamento, Varginha e Rio do Sul	Vespertino	Seg. a sex.	Transporte terceirizado*: 2 carros
Rio Salto	Matutino	Seg. a sex.	Transporte terceirizado: 1 carro
Rio do Meio	Matutino	Seg. a sex.	Transporte terceirizado: 3 carros
Maracujá e Barra Gaspar	Matutino	Seg. a sex.	Localidades contam com transporte nas terças e quintas pela manhã devido ao Novo Ensino Médio
Alto Rio do Sul e Várzea	Matutino	Seg. a sex.	
Rio Cachimbo e do Ouro	Matutino	Seg. a sex.	
Vila Nova	Matutino	Seg. a sex.	
Rio dos Pinheiros	Matutino, Vespertino e Noturno	Seg. a sex.	
Rio da Prata	Vespertino e Noturno	Seg. a sex.	

*Transporte escolar terceirizado são veículos particulares de pequeno porte pertencentes a moradores das localidades que buscam os alunos em suas residências e levam até a estrada geral para acesso aos ônibus.



Estratégias de melhoria da mobilidade urbana

- Qualificação para pedestre e ciclista
- Contorno viário
- Qualificação do contorno para pedestre e ciclista
- - - Previsão de conexões



Estratégias de melhoria da mobilidade urbana

Objetivos:

- Avaliar possibilidade de implementação de transporte público municipal e intermunicipal;
- Buscar integração com a política de mobilidade urbana da RMF;
- Fomentar conexões qualificadas com municípios vizinhos;
- Fortalecer gestão das ações de manutenção das estradas;
- Melhoria das condições de mobilidade ativa (pedestres e ciclistas) no núcleo urbano central.

MOBILIDADE

O plano diretor deve qualificar
vias de conexão entre as
centralidades que priorizem
modos de deslocamento ativos
(caminhada e bicicleta).



Rede de espaços livres



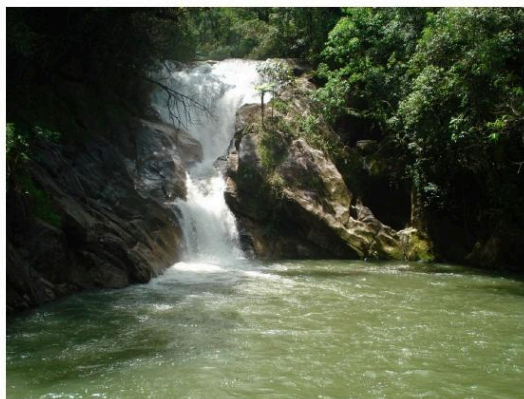
Rede de espaços livres

Duas dimensões principais:

- 1) Áreas de interesse para **uso público de lazer** (praças, parques lineares, parques urbanos, parques regionais, etc.); podendo ser públicas ou privadas.
- 2) Áreas de interesse para **preservação e qualificação ambiental**, principalmente aquelas protegidas por legislação (Código Florestal, SNUC, Legislação Estadual, etc.); podendo ser públicas ou privadas;

A primeira tem caráter estratégico de planejamento urbano, segundo diretrizes urbanísticas coerentes.

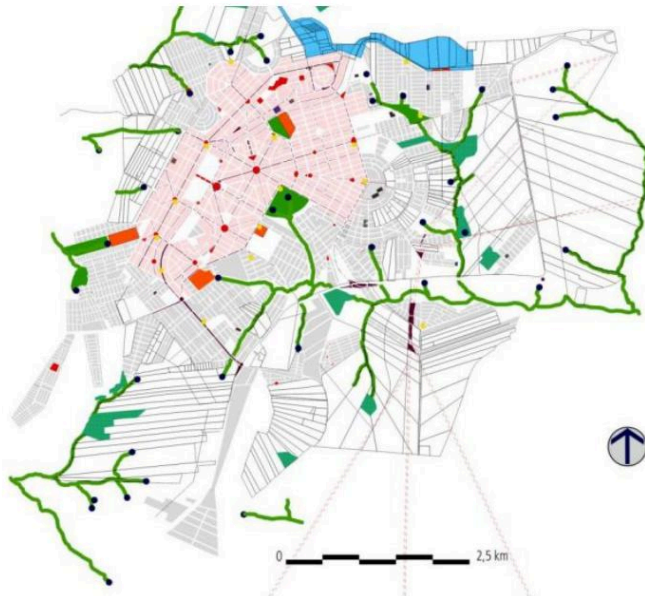
A segunda tem caráter legal-normativo (precisa ser obedecido);



Componentes da rede de espaços livres



Rede de espaços livres

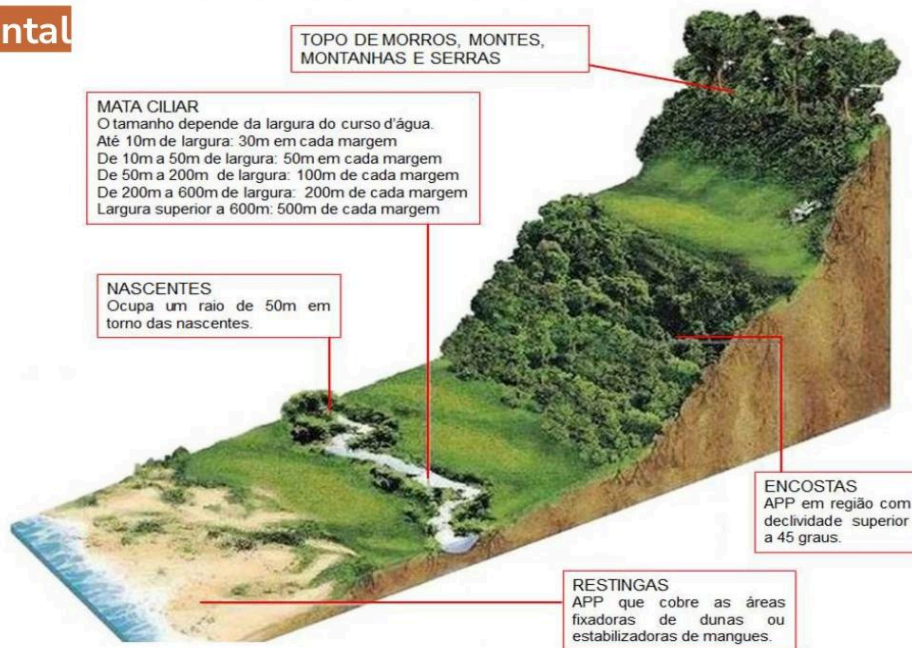


Umuarama/PR

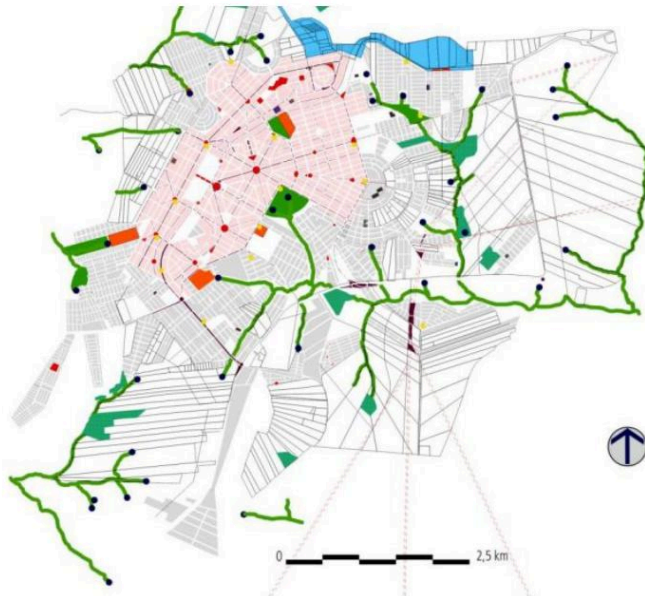


- Legenda
- Praças
 - Parques
 - APPs de corpos d'água
 - APPs de nascentes
 - Parte urbana da APA do Rio Piauí
 - Fragmentos Florestais
 - Equipamentos de Ginástica (A.T.I.)
 - Canteiros Centrais
 - Ginásios e Centros Esportivos
 - Quadras esportivas e campinhos
 - Quadras do plano original
 - Quadras da área de expansão
 - Corredores de rede de alta tensão

Ambiental



Rede de espaços livres



Umuarama/PR



- Legenda
- Praças
 - Parques
 - APPs de corpos d'água
 - APPs de nascentes
 - Parte urbana da APA do Rio Piava
 - Fragmentos Florestais
 - Equipamentos de Ginástica (A.T.I.)
 - Canteiros Centrais
 - Ginásios e Centros Esportivos
 - Quadras esportivas e campinhos
 - Quadras do plano original
 - Quadras da área de expansão
 - Corredores de rede de alta tensão

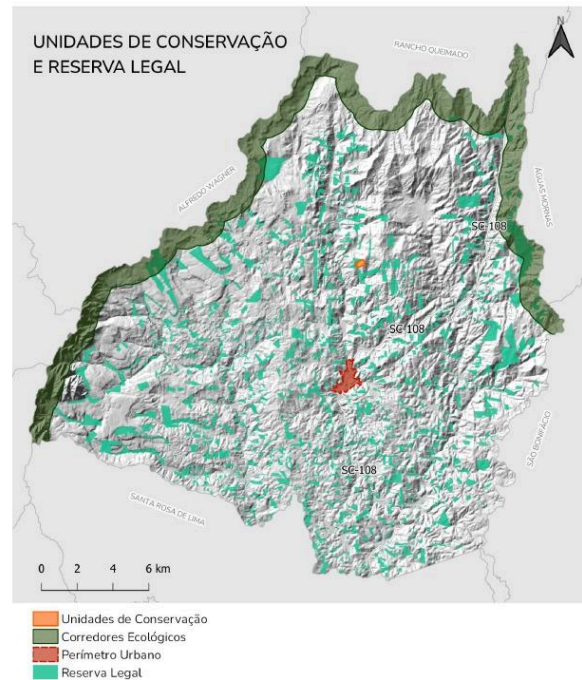
Ambiental



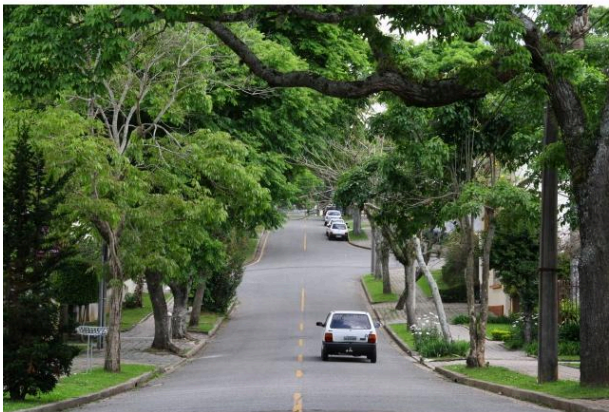
Rede de espaços livres

POLÍTICAS EXISTENTES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL EM ANITÁPOLIS

- Zonas especiais no Plano Diretor;
- Corredor Ecológico Caminho das Nascentes;
- Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Rio da Prata Bugiu;
- Projeto de criação de uma Unidade de Conservação na forma de um Parque Nacional, denominada Campo dos Padres.



Rede de espaços livres



Ruas arborizadas

São propostas em ruas já existentes. Seu objetivo principal é conectar os espaços verdes da cidade e a fauna, servindo como corredor ecológico, bem como promover qualidade de vida.



https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/MARBOURB.pdf

Rede de espaços livres

Parques lineares

Área verde configurada como um parque ao longo de cursos d'água ou vias urbanas que objetivam:

- Requalificar e valorizar os corpos da água;
- Promover **espaços públicos qualificados** com arborização e infraestrutura cicloviária para o lazer e recreação;
- Promover **atratividade, vitalidade e bem estar**.



Cantinho do Céu

<https://www.boldarini.com.br/projetos/cantinho-do-ceu-etapa-01>

Rede de espaços livres

Corredor verde urbano





Áreas lineares e contínuas de vegetação e espaços naturais que atravessam ambientes urbanos construídos. Esses corredores têm como objetivo:

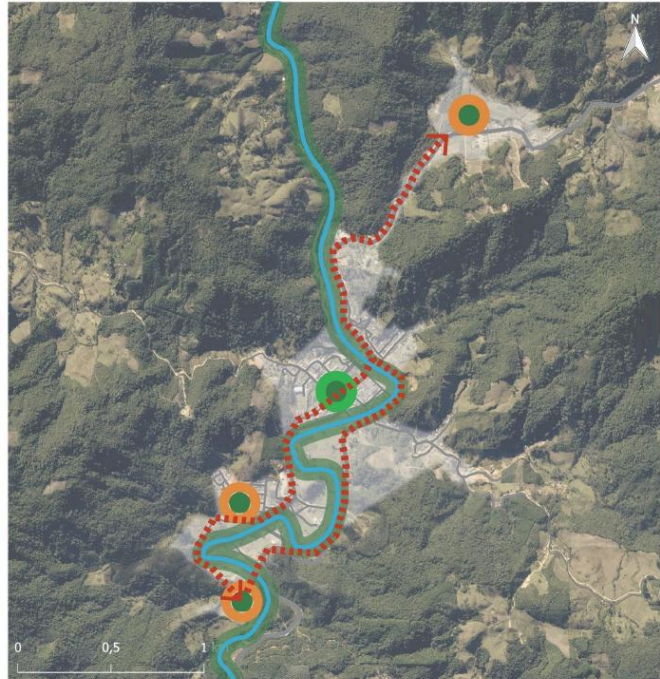
- Conectar fragmentos de áreas verdes, como parques, praças, reservas naturais e outras áreas de conservação, criando uma rede verde contínua dentro da cidade.



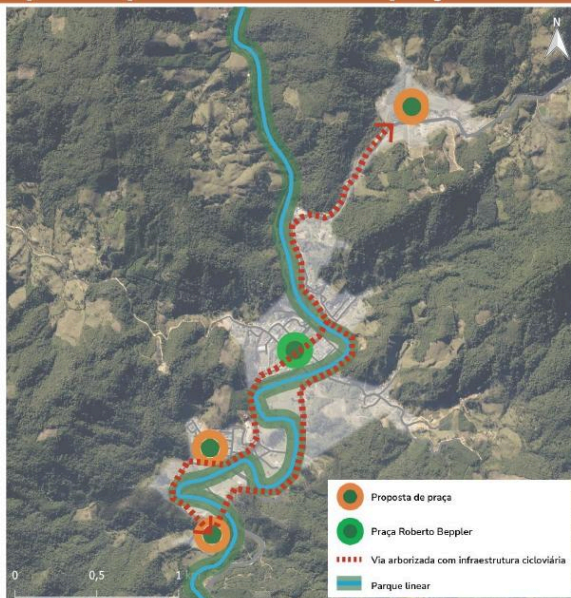
https://www.archdaily.pe/pe/775014/quipus-verdes-entrelazando-naturaleza-y-sociedad-segundo-lugar-en-concurso-terros-isla-corredor-verde-san-bernardo?ad_medium=gallery

Proposta para rede de espaços livres

-  Proposta de praça
-  Praça Roberto Beppler
-  Via arborizada com infraestrutura cicloviária
-  Parque linear



Proposta para rede de espaços livres



Objetivos:

- Proporcionar uma **distribuição equitativa e acessível de áreas verdes para os cidadãos**, promovendo a qualidade de vida e o bem-estar da população.
- **Preservação do meio ambiente e da biodiversidade**, a melhoria da qualidade do ar, a redução do impacto das ilhas de calor nas áreas urbanas e o controle das águas pluviais.
- **Criar um sistema de lugares significativos do patrimônio histórico construído**, criando conexões entre as edificações históricas construídas, localizadas tanto em áreas rurais quanto urbanas, e dando significado aos conjuntos e à paisagem cultural;

Potencial e qualidade de vida



REDE DE ESPAÇOS LIVRES



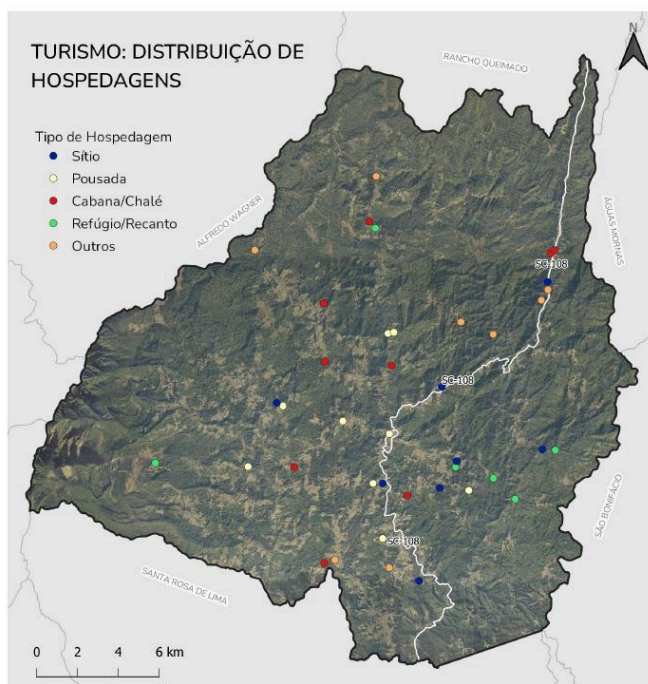
O plano diretor deve demarcar áreas de interesse ambiental prioritárias à implantação de espaços de lazer, reforçando a integração entre as paisagens naturais e as centralidades propostas.

Turismo e Patrimônio Cultural



Turismo

- As últimas pesquisas sobre serviços de hospedagens realizadas pelo IBGE (2011 e 2016) identificaram apenas uma unidade hoteleira no município;
- Atualmente, os buscadores possibilitam encontrar diversas opções de hospedagem no município. O mapa ao lado mostra a disponibilidade de locais de hospedagem;
- Este crescimento pode justificar parcialmente o aumento da participação do setor de serviços no PIB de Anitápolis, tanto pelo aumento de opções de hospedagem como pela necessidade de oferta de serviços complementares.



Patrimônio cultural

PATRIMÔNIO CULTURAL AMBIENTAL E PAISAGÍSTICO

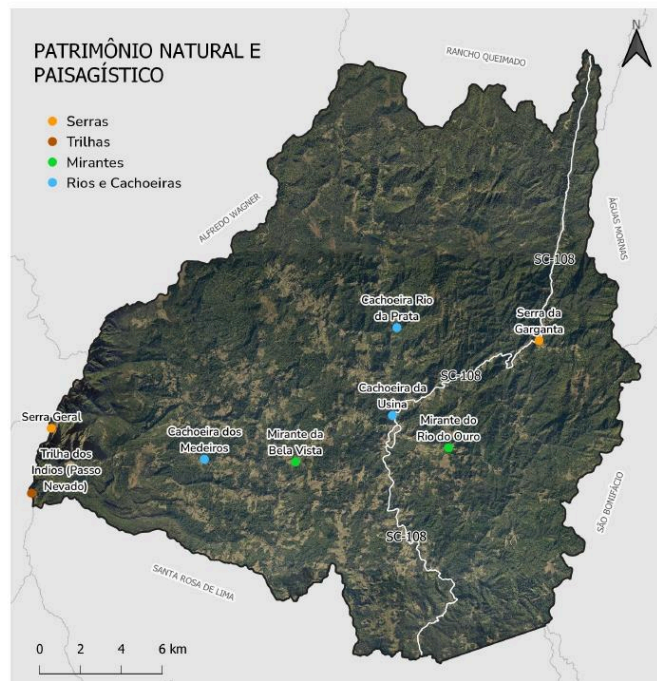
- Serra Geral;
- Geomorfologia;
- Paisagem;
- Clima bucólico;
- Preservação ambiental.



Patrimônio paisagístico

PATRIMÔNIO NATURAL E PAISAGÍSTICO

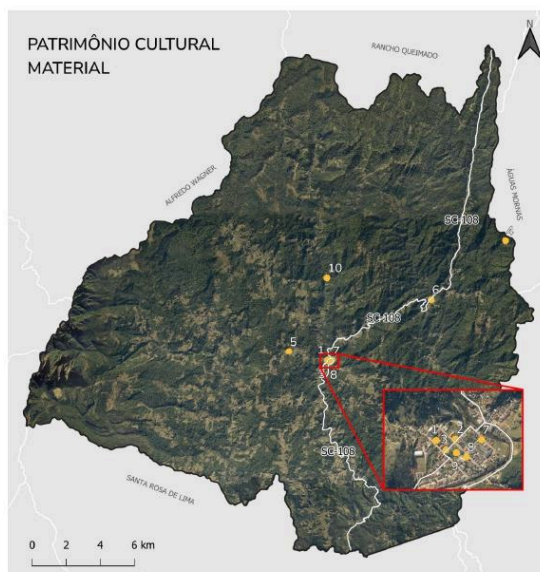
- Não há um levantamento sistemático do patrimônio paisagístico e natural de Anitápolis;
- Grande potencial e alta disponibilidade do patrimônio natural e paisagístico, fruto das características do sítio físico e do alto grau de preservação/baixa intervenção do homem na vegetação e nos corpos d'água.



Patrimônio cultural

PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL / FOMENTO

- Baixa valorização e gestão do patrimônio cultural.
- Falta de demarcação de áreas de patrimônio.



- | | |
|--|--|
| 1. Prédio do Patronato Agrícola | 7. Casarão da cooperativas eletrificação rural de Anitápolis |
| 2. Paróquia São Sebastião | 8. Prédio da Panificadora e Confeitaria Anitápolis |
| 3. Casarão dos Beppler | 9. Praça Municipal Roberto Beppler |
| 4. Memorial do Combate Serra da Garganta | 10. Pousada Sítio Pasargada |
| 5. Casarão Pousada Haras Coração de Ouro | |
| 6. Igreja Rio Dos Pinheiros | |

TURISMO, PATRIMÔNIO CULTURAL E ÁREA RURAL



O plano diretor deve fomentar a diversificação econômica a partir do incentivo ao turismo de baixo impacto ambiental e da valorização e proteção do patrimônio cultural (ambiental e paisagístico) nas áreas rurais.

BLOCO 3

Irregularidade fundiária

Possibilidades para ocupação rural



Irregularidade fundiária



Irregularidade fundiária

O que é?

- A irregularidade da propriedade da terra ou do imóvel: processos de ocupação de terra ou de imóveis construídos - problema jurídico e registral;
- A irregularidade parcial ou inadequação da documentação de propriedade existente que não configure processos de ocupação, mas que apresentam problemas de registro - problema registral e/ou urbanístico;
- A irregularidade de processos de produção de loteamentos, divididos em: (i) loteamentos clandestinos; e (ii) loteamentos irregulares;
- Irregularidade na incompatibilidade de uso com o PD;
- A Irregularidade edilícia: edificação clandestina; edificação em desacordo com as normas municipais; com problemas da aprovação;
- Parcelamento/divisão/desmembramento do solo rural: divisão menor do que o módulo rural; parcelamentos para fins urbanos.



Irregularidade fundiária

- Levantamento produzido para o Plano Diretor vigente apontando 3 localidades com irregularidade fundiária em alguma dimensão.



7.4 PARCELAMENTOS IRREGULARES

Parcelamentos irregulares são aqueles que não possuem projeto aprovado perante a Administração Municipal, nem escrituração pública, ou estão em desacordo com a Lei de Parcelamento do Solo Federal e/ou Estadual.

Existem três grandes áreas de parcelamento irregular no perímetro urbano de Anitápolis: Vila Carara, Vila Residencial Adolfo Joaquim Machado (antiga Rio do Ouro) e Vila Antônio David.

A Vila Antonio David possui uma malha viária incipiente, desprovida de calçamento ou passeios públicos. É significativo, entretanto, o número de vazios urbanos.



LOTEAMENTO VILA ANTÔNIO DAVID – SITUAÇÃO EM 2006
Fonte: Acervo Sílvia Maia, 2007



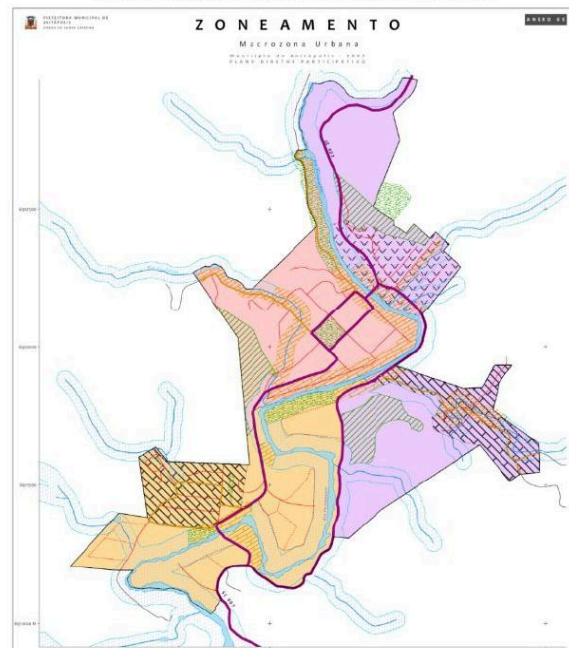
Irregularidade fundiária

- São demarcadas 3 áreas para fins de regularização fundiária no atual Plano Diretor - Lei n°. 712/2008.

- | | |
|--|---|
| <p>ZONAS URBANAS</p> <ul style="list-style-type: none"> Zona Urbana Central Zona de Expansão Imediata Zona de Ocupação Controlada <p>ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE (AEI'S)</p> <ul style="list-style-type: none"> Área Especial de Interesse Social Área Especial de Qualificação Urbanística Área de Uso Limitado Sistema de Áreas Verdes Urbanas Área de Preservação Permanente Área Especial sujeita ao Termo de Ajuste de Conduta | <p>HIERARQUIA DO SISTEMA VIÁRIO</p> <ul style="list-style-type: none"> Via Estrutural Via Coletora Via Local Via Local (proposta geral) <p>CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS</p> <ul style="list-style-type: none"> Proposta Perímetro Urbano 2007 Sistema viário Cursos d'água Rios, lagos e açudes |
|--|---|



ANEXO 05: MAPA DE ZONEAMENTO DA MACROZONA URBANA



Regularização Fundiária

diferença entre instrumentos

instrumentos jurídicos

de garantia da posse da terra
de garantia da propriedade da terra

que serão tratados no judiciário - ou
por meio administrativo com a
prefeitura



instrumentos urbanísticos e ambientais

diretrizes para definir parâmetros
que considerem a melhoria da
disponibilização da infraestrutura e
das condições ambientais em relação
à situação anterior com a adoção das
medidas preconizadas no projeto de
regularização



EXEMPLO ANGELINA

- Situado no interior do perímetro urbano da Macrozona Urbana Central;
- Área média dos lotes parece obedecer legislação atual (360m²);
- Delimitação dos lotes é imprecisa e parece não considerar edificações existentes;
- A regularização pelo REURB-E não parece ser a única possível. Parece haver outros modos de regularização, conforme definição da LF 13.465 (desmembramento e loteamento);
- Se esgotadas outras formas de regularização, poderia ser reconhecido como "núcleo urbano informal".

Irregularidade Fundiária EXEMPLO ANGELINA



- Situado à cerca de 5,5km do distrito sede;
- Não possui características e usos urbanos;
- Lotes de grandes dimensões, com baixíssima taxa de ocupação (1,5mil m² à 30m²);
- Muitos lotes não são acessíveis por via pública (sendo irregular o desmembramento);
- Possibilidade de condomínio rural?;
- Grande gleba dividida em várias menores;
- Atravessa os municípios de Angelina e Águas Mornas.



Regularização Fundiária o que o plano pode viabilizar?

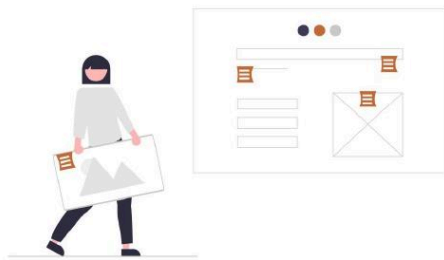
- Identificar áreas passíveis de Regularização Fundiária;
- Demarcar áreas ou zonas no Plano;
- Definir diretrizes para as áreas de regularização fundiária de interesse social (Reurb-S);
- Definir critérios e parâmetros para o projeto de regularização;
- Definição de critérios para caracterização de NUI consolidado;
- Definir prioridades de análise e aprovação;
- Definição de contrapartidas para os processos (Reurb-E);

- Critérios que poderão ser trabalhados:

tempo de ocupação;

- quantidade de lotes mínimos;
- quantidade de lotes ocupados;
- dimensão mínima do lote;
- dimensão de vias;
- infraestrutura instalada.

IRREGULARIDADE FUNDIÁRIA



O plano diretor deve prever parâmetros e procedimentos adequados de regularização fundiária para áreas urbanas e rurais.



Possibilidades para
uso e ocupação rural



Uso e Ocupação Rural

Usos permitidos/incentivados na área rural

Decreto n.º62.504 /1968 - Regulamenta o Art. 65 da Lei n.º 4.504/1964

II - Desmembramentos de iniciativa particular que visem a atender interesses de Ordem Pública na zona rural, como:

- a) Os destinados à instalação de estabelecimentos comerciais, quais sejam:
 - 1. postos de abastecimento de combustível, oficinas mecânicas, garagens e similares;
 - 2. lojas, armazéns, restaurantes, hotéis e similares;
 - 3. silos, depósitos e similares.

- b) os destinados a fins industriais, quais sejam:
 - 1. barragens, represas ou açudes;
 - 2. oleodutos, aquedutos, estações elevatórias, estações de tratamento de água, instalações produtoras e de transmissão de energia elétrica, instalações transmissoras de rádio, de televisão e similares;
 - 3. extrações de minerais metálicos ou não e similares;
 - 4. instalação de indústrias em geral.



Uso e Ocupação Rural

Usos permitidos/incentivados na área rural

Decreto n.º62.504 /1968 - Regulamenta o Art. 65 da Lei n.º 4.504/1964

- c) os destinados à instalação de serviços comunitários na zona rural quais sejam:
 - 1. portos marítimos, fluviais ou lacustres, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias e similares;
 - 2. colégios, asilos, educandários, patronatos, centros de educação física e similares;
 - 3. centros culturais, sociais, recreativos, assistenciais e similares;
 - 4. postos de saúde, ambulatórios, sanatórios, hospitais, creches e similares;
 - 5. igrejas, templos e capelas de qualquer culto reconhecido, cemitérios ou campos santos e similares;
 - 6. conventos, mosteiros ou organizações similares de ordens religiosas reconhecidas;
 - 7. áreas de recreação pública, cinemas, teatros e similares.



Área Rural

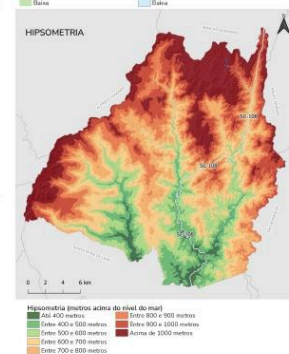
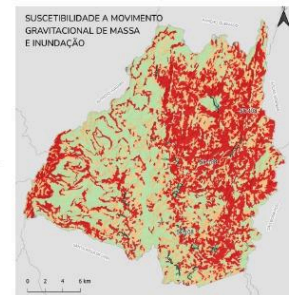
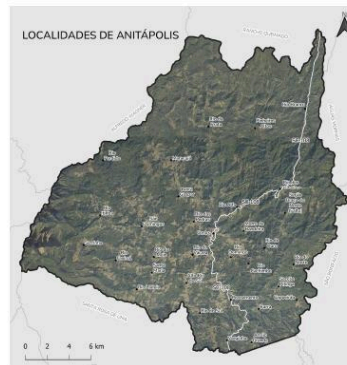
MOBILIDADE

- No sistema viário de Anitápolis é caracterizado pela presença da SC-108, que tem servido como suporte à urbanização e aos processos recentes de ocupação do território;
- Essa hierarquia viária original, confere um grau limitado de integração entre o núcleo central e demais localidades rurais, bem como uma inserção precária no contexto metropolitano.



Área Rural

- Anitápolis apresenta uma geomorfologia complexa, com morros e vales encaixados, com exceção de pequenas áreas planas, estreitas, localizadas na porção sul do município;
- O relevo acidentado do município faz com que o território seja, de certa forma, isolado em relação a maioria dos municípios vizinhos;
- A SC 108, principal via de conexão norte-sul, apresenta muitas áreas de suscetibilidade no seu trajeto.



Uso e Ocupação Rural

o que o plano pode viabilizar?

1. Regulamentação de condomínios rurais, pousadas e chácaras, **respeitando a Fração Mínima de Parcelamento do Módulo Rural para o Município de Anitápolis**;
2. Estímulo às atividades produtivas que contribuam para a dinâmica dos espaços rurais, principalmente aquelas com o baixo impacto ambiental;
3. Reforço ao cumprimento da legislação ambiental nas áreas rurais;
4. Distâncias adequadas entre os cultivos e entre as vias e cultivos.



Sobre os Condomínios Rurais

Definição:

Empreendimento imobiliário rural com, no mínimo, a área total de 2 hectares (Fração Mínima de Parcelamento), que cumpre a função social da propriedade da terra, conforme o art. 2º da Lei Federal 4504/1964 e que estabelece padrões para uso dos fracionamentos internos da gleba e regulamenta espaços de uso comum.

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.



Possíveis critérios para estabelecer condomínios rurais

Turismo e Patrimônio

- Definir áreas adequadas no município para os condomínios rurais que estejam vinculadas ao fomento do turismo e a valorização do patrimônio cultural;

Vias estruturantes

- Estabelecer que a ocupação no formato de condomínios ocorra próxima às vias estruturantes;
- Separar, no Plano Diretor, as responsabilidades do município e as responsabilidades dos proprietários;

Dimensões e Áreas Máximas

- Definir parâmetros adequados de dimensão de gleba e de frações ideais, no caso de condomínios rurais;



Possíveis critérios para estabelecer condomínios rurais

Espaços comuns

- Prever vias internas, áreas para atividades agrícolas, áreas para reserva legal e espaços de Uso Comum, que são de responsabilidade do condomínio.

Uso misto para atividades agropecuárias

- Estabelecer quantidade e tipo de equipamentos e/ou edificações de apoio às atividades agropecuárias;

Índices construtivos

- Estabelecer afastamentos e índices de ocupação para as edificações (como Taxa de Ocupação Máxima e Índice de Aproveitamento);
- Definir número de edificações por fração ideal;

Procedimentos para aprovação

- Definir processos e fases da aprovação da viabilidade dos empreendimentos.



POSSIBILIDADES PARA USO E OCUPAÇÃO RURAL



O plano diretor deve prever áreas para implementação de condomínios rurais com parâmetros adequados, que considerem aspectos geoambientais e de mobilidade.

BLOCO 4

Políticas Setoriais
Instâncias Participativas



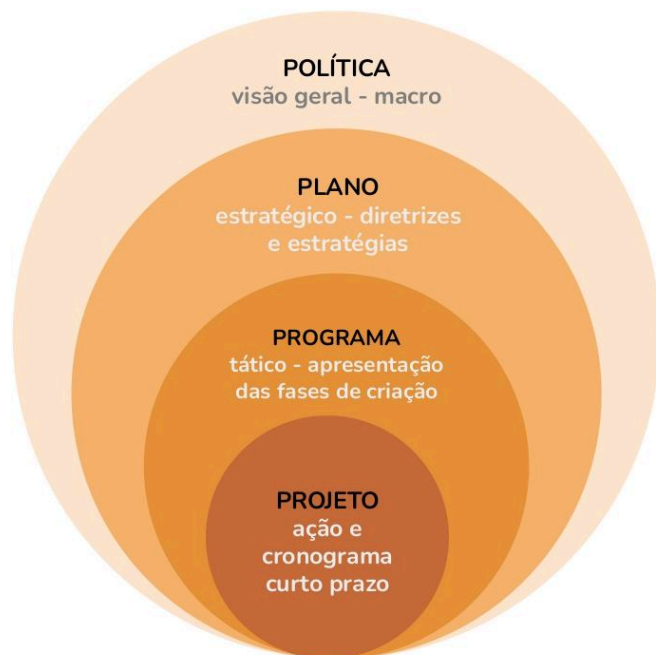
7. Políticas setoriais



Políticas Setoriais

Atualmente:

Título II - Das diretrizes e ações estratégicas das políticas urbanas: estabelece diretrizes para a política de desenvolvimento municipal e para políticas setoriais.



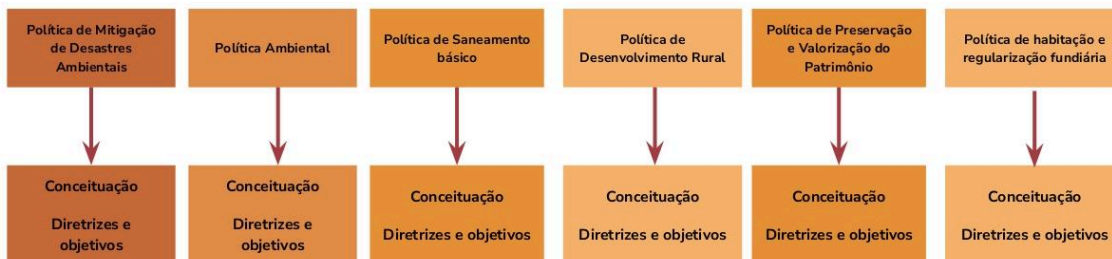
Das estratégias de desenvolvimento e qualificação territorial

Título II
5 estratégias
21 programas



Estratégia de promoção do desenvolvimento rural	Programa de incentivo e apoio ao agricultor
	Programa de manutenção e melhoria das estradas e acessos rurais
	Programa de incentivo à adequação da legislação ambiental
	Programa de fomento à agroindústria
	Programa de fomento à diversificação da produção agrícola
	Programa de incentivo ao turismo e ao agroturismo
	Programa de incentivo a agricultura familiar
	Programa de incentivo ao "troca-troca - sementes
	Programa de incentivo a classificação de embriões
Estratégia de qualificação ambiental e proteção do meio ambiente	Programa de institucionalização da política municipal ambiental
	Programa de preservação de recursos hídricos, saneamento ambiental
	Programa de educação ambiental
Estratégia de melhoria das condições de educação	Programa de fortalecimento da política municipal de educação
	Programa de fomento de educação
	Programa de implementação de ensino profissionalizante, técnico e superior.
Estratégia de melhoria das condições de educação	Programa de melhoria e ampliação do atendimento à saúde
	Programa de melhoria equipamentos urbanos e comunitários de saúde
Estratégia de organização do uso e ocupação do solo	Programa de organização do uso e ocupação do solo
	Programa de regulamentação do parcelamento do solo
	Programa de fomento ao cumprimento da função social da propriedade

Políticas Setoriais - Propostas



* O turismo está presente de forma transversal nas políticas ambiental, de desenvolvimento rural e de preservação e valorização do patrimônio



POLÍTICAS SETORIAIS

Considerando as políticas propostas, classifique-as, na sua ficha, de acordo com sua importância para o desenvolvimento sustentável do município.



8. Instâncias Participativas



Instâncias Participativas - No PD atual

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E ÂMBITOS DE AÇÃO

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

CAPÍTULO III - DAS INSTÂNCIAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DEMOCRÁTICA

- Seção I - Dos poderes executivo e legislativos municipais
- Seção II - Da Participação e controle social
- Seção III - Conferência Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural
- Seção IV - Do Conselho de Desenvolvimento Territorial
- Seção V - Das Audiência Públicas;
- Seção VI - Do Plebiscito e Do Referendo;
- Seção VII - Dos Projetos de Iniciativa Popular;
- Seção VIII - Da Gestão Orçamentária Participativa

CAPÍTULO IV - DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

CAPÍTULO V - DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

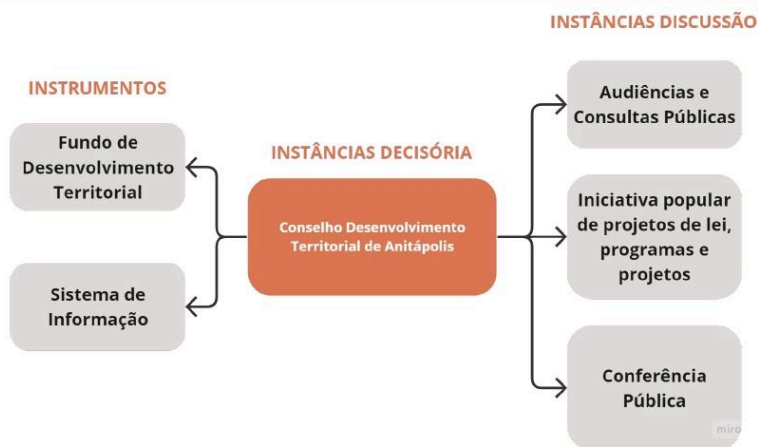
Art. 299. Fica instituído o sistema municipal de participação e controle social no planejamento e na gestão das políticas territorial e urbanística locais, denominado oficialmente Sistema de Acompanhamento e Controle (SAC), visando **garantir e qualificar o planejamento e a gestão da política municipal** através da efetiva **participação popular** no Município de Anitápolis, tendo como âmbitos de ação:

- I - o do **Poder Executivo** e do **Poder Legislativo Municipais**;
- II - o da **Sociedade Civil**.



Instâncias Participativas - proposta

O Estatuto da Cidade (Lei federal 10.257/2001), diretrizes previstas no art. 2º **Gestão democrática da cidade**, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (inciso II)



INSTÂNCIAS PARTICIPATIVAS



O plano diretor deve fortalecer as instâncias de participação na política urbana municipal e consolidar a atuação do Conselho de Desenvolvimento Territorial no processo de gestão e planejamento territorial.

**APONTE A CÂMERA
DO SEU CELULAR**



ACOMPANHE O PROCESSO

contato e-mail

participaanita@gmail.com

redes sociais



[@participaanita](https://www.instagram.com/participaanita)

